



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**NOVAS AGENDAS JORNALÍSTICAS: UMA  
INVESTIGAÇÃO SOBRE O CASO AMARILDO**

**LEANDRO FERNANDES DE BARROS RESENDE**

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**NOVAS AGENDAS JORNALÍSTICAS: UMA  
INVESTIGAÇÃO SOBRE O CASO AMARILDO**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**LEANDRO FERNANDES DE BARROS RESENDE**

**Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares**

RIO DE JANEIRO  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Novas Agendas Jornalísticas: uma investigação sobre o caso Amarildo**, elaborada por Leandro Fernandes de Barros Resende.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares  
Doutora Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto  
Doutor em Filosofia pela Université de Nice  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Angela Moreira Domingues da Silva  
Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –  
CPDOC/FGV

RIO DE JANEIRO

2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

RESENDE, Leandro Fernandes de Barros

Novas Agendas Jornalísticas: uma investigação sobre o caso Amarildo, 2014.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

RESENDE, Leandro Fernandes de Barros. **Novas Agendas Jornalísticas: uma investigação sobre o caso Amarildo, 2014.** Orientador: Raquel Paiva de Araujo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

O presente trabalho pretende propor uma investigação, de um ponto de vista sociológico e jornalístico, sobre o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza, em julho de 2013. Por ter ocorrido num contexto e local específicos, o referido episódio mobilizou uma série de discursos das autoridades e alternativas diversas para buscar a elucidação de seu paradeiro. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o que esteve e está em jogo quando se fala neste desaparecimento, e de que forma podemos usá-lo para refletir sobre o atual cenário da comunicação. Para isso, a estratégia utilizada foi a de apresentar uma “cronologia” do caso para, na sequência, demonstrar uma forma possível de compreensão da atividade jornalística e de suas fronteiras cada vez menos definidas entre emissor e receptor a partir do caso Amarildo. Para ambos os fins, foram usadas e discutidas aqui as reportagens publicadas no jornal O Dia entre julho e outubro de 2013. Para auxiliar a análise, o trabalho é permeado por entrevistas com o delegado Orlando Zaccone e o editor-executivo do periódico, Alexandre Medeiros.

*Para meu avô Jaime Muylaert, que  
apresentou as infinitas possibilidades  
que os livros podem criar.*

## AGRADECIMENTOS

Minha vida foi incrivelmente intensa nos últimos quatro anos. Decidi, em 2011, iniciar uma jornada dupla que não sabia muito bem onde ia dar, e comecei a cursar Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Ciências Sociais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como um coração leviano indeciso entre duas paixões, não consegui me decidir entre uma das carreiras e, com altos e baixos, cheguei ao final desta jornada. Este trabalho sintetiza um esforço longo, de perdas e ganhos, que não foi só meu. É necessário que eu divida a alegria por estar terminando esta jornada com minha família, meus professores e meus amigos: sem a força deles, jamais chegaria aqui. De antemão, adianto que serão muitos os homenageados aqui – são todos, mesmo os não mencionados, fundamentais na minha trajetória.

Minha mãe, Graça, meu tudo. Obrigado pelo zelo, pelo carinho de sempre, por me aturar todos os dias, e pelos cafés da madrugada, fundamentais nesta jornada. Para você, todo meu amor. Minha avó, Dirce, dona do melhor colo do planeta, um beijo. Meu pai, Renato, nunca me esquecerei das nossas andanças nas areias da praia das Dunas, em Cabo Frio. Muito dessas páginas (e de tantas outras) devem àquelas caminhadas. Delton, irmão querido, que acreditou em mim e me incentivou desde sempre. Gabriela, irmã, madrinha, amiga, confidente querida. Meus sobrinhos: Marina e Ébano, meus pequenos sobrinhos do abraço e do sorriso mais sincero, e Agatha, minha menina prodígio, que será tudo o que quiser ser.

Dei muita sorte: nesses últimos quatro anos, tive, em vez de professores, verdadeiros mestres e referências. Angela Moreira foi mais que uma orientadora ao dizer, o tempo todo que “iria dar tudo certo”: foi um porto seguro. Obrigado pela paciência, pela atenção e por inspirar este trabalho em grande medida. Bianca Freire-Medeiros, é, na realidade, a responsável por tudo isso. Entendi-me “sociólogo” depois de sua aula de Introdução às Ciências Sociais. Obrigado por despertar esse sentimento. Christiane Jalles de Paula, minha primeira orientadora, foi quem abriu as portas da academia para mim. Obrigado. Dulce Pandolfi foi um divisor de águas em minha vida: tê-la conhecido me fez perceber que, na realidade, eu gosto mesmo é de história, das pessoas e das coisas. Letícia Ferreira e Julia O'Donnell são inspirações para seguir na vida acadêmica. E meu querido mestre e amigo Carlos Eduardo Sarmiento, uma pena que você não esteja mais aqui para ler estas páginas, mas saiba, aí no céu, que sou muito grato. Foi você quem, no começo, entre piadas de Vasco *versus* Fluminense, disse que

“daria tempo” de chegar até aqui. Divirto-me ao lembrar de você. Não posso esquecer também de mencionar Paulo Oneto, Raquel Paiva e Cristina Rego-Monteiro, importantes formadores “ecoínos” que ficarão para sempre.

Não chegaria a lugar algum não fosse pelos meus amigos. Foram muitas mesas de bar, sambas, conversas motivadoras, conselhos... Alguns chegaram, outros estiveram e saíram, mas todos os que aqui mencionarei contribuíram, de algum modo para minha formação enquanto aprendiz de sociólogo, jornalista e ser humano. Talvez eu precise de outras duas monografias para explicar o que cada um deles significa para mim. Meu muito obrigado para meu irmão Arouca, Gustavinho, Gabriel, Giuliana, Bruna, Bárbara, PP, Caio, Douglas, Ingrid, Farah, Marina(s), João, Pietro, Carlos, Victor, Rodrigo... Vocês que já estão ao meu lado há tantos anos e sonharam meus sonhos junto comigo.... Na ECO, Matheus, Pedro, Bia, Souto, Bernardo, Bela, Mari, Maurício, Duda, Júlia, Kapa, se tornaram figuras especiais e inesquecíveis, provas inequívocas de que valeu a pena entrar na UFRJ. E Yasmin, Sérgio, Gabriel, Yasmim, Luciana, Mari, Andréia fizeram dos corredores da FGV um lugar mais quente e carinhoso do que a temperatura do ar-condicionado indicava. Sem esquecer, aqui, da “turma do amor”, do Pedrinho, Marina, Mari, Saliba, com quem dividi angústias diárias na reta final do curso.

Aos companheiros de Vasco da Gama: a gratidão é por toda a experiência profissional que adquiri com vocês e por me mostrarem que, apesar de todas as dificuldades, o sentimento não pode parar. O meu por vocês, Rapha, Bryan, Gui, Ralha, Patrícia, Altino, não vai parar nunca. Obrigado.

Considero que cursei minha “terceira” faculdade no jornal *O Dia*, onde aprendi jornalismo da melhor forma possível: na prática, e com pessoas do mais alto gabarito. Devo isso sobretudo a Joana Costa, sem esquecer mestres como Chico Alves e André Balocco, e dos queridos “zuêros”, um grupo de amigos e profissionais extremamente competente que leva com bom humor as angústias cotidianas desta profissão enlouquecedora. Rozane Monteiro, minha professora e maior incentivadora para seguir no jornalismo, fico pensando no quão piegas você consideraria estes agradecimentos, e largo no ar um sorriso ao lembrar de ti e imaginar sua reação. Obrigado.

Agradeço ainda aos entrevistados deste trabalho, Orlando Zaccane e Alexandre Medeiros, cuja disponibilidade foi fundamental para minhas reflexões.

Por fim, agradeço aos espíritos de luz que tem regido o meu caminho desde meu nascimento. “Galera de lá de cima”, como carinhosamente me refiro, obrigado pelas bênçãos, pela força nos momentos de angústia, pela serenidade que tardava, mas



chegava. Obrigado, minha fé.

“Quem me dirá onde está  
Aquele moço fulano de tal  
(Filho, marido, irmão, namorado que não voltou mais)  
Insiste os anúncios nas folhas  
Dos nossos jornais  
Achados perdidos, morridos  
Saudades demais  
Mas eu pergunto e a resposta  
É que ninguém sabe  
Ninguém nunca viu  
Só sei que não sei  
Quão sumido ele foi  
Sei é que ele sumiu  
E que souber algo  
Acerca do seu paradeiro  
Beco das liberdades  
Estreita e esquecida  
Uma pequena marginal  
Dessa imensa Avenida Brasil”

(Achados e Perdidos - Gonzaguinha)

## SUMÁRIO

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. REVIRAVOLTAS NO CASO AMARILDO**

2.1. A Paz Armada

2.2. O governador e o pedreiro

2.3. Amarildo e o tráfico de drogas

2.4. Pressões e outras reviravoltas

2.5. Quando a tortura vem à tona

### **3. HIPÓTESES PARA UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA A PARTIR DO CASO AMARILDO**

3.1. A hipótese do *agenda-setting*

3.2. O desaparecimento de Amarildo: do contexto às redes sociais

3.3. O caso Amarildo no jornal *O Dia*

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **BIBLIOGRAFIA**

## 1. INTRODUÇÃO

Era noite de terça-feira, 30 de setembro de 2014. Nos estúdios da Rede Globo de Televisão, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi travado o último debate entre os candidatos ao governo fluminense antes do primeiro turno das eleições, programa exibido ao vivo para todo estado do Rio. No terceiro bloco de perguntas entre os postulantes ao cargo, na modalidade chamada “confronto direto”, em que um pergunta para resposta imediata do outro, com direito a réplica e tréplica, o candidato do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Tarcísio Motta de Carvalho, indagou a Luiz Fernando Pezão, então governador e candidato à reeleição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB):

Pezão, no ano de 2007 foram registrados mais de 4.600 casos de desaparecimento. No ano de 2010 o número subiu para 5.400. No ano de 2013, assistimos ao recorde de mais de 6 mil desaparecimentos. No ano passado o mundo inteiro fez uma pergunta. As ruas fizeram uma pergunta e eu, que lá estava, a fiz muitas vezes. Eu quero te dar a chance de responder: Pezão, cadê o Amarildo?<sup>1</sup>

Era noite de domingo, 14 de julho de 2013, quase 20h, quando Amarildo Dias de Souza foi abordado em um pequeno bar, nos arredores de sua casa, por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha, zona sul do Rio de Janeiro. Detido para averiguação pelos policiais militares (PMs), o pedreiro nunca mais foi visto com vida. Suas últimas imagens registradas são distorcidas, registros de câmeras de segurança que o flagraram entrando no carro da Polícia. Daquela noite, só restou seu nome, empunhado em bandeiras de manifestações, e sua foto, carregada por seus seis filhos e por sua viúva, que se lançaram às ruas e às câmeras da mídia à procura de seu paradeiro.

Noite de terça, 30 de setembro de 2014. Surpreso com a pergunta feita pelo adversário, o governador Luiz Fernando Pezão sorriu antes de esboçar qualquer resposta. Foi possível ouvir que a reação fora a mesma de parte da plateia, composta em sua maioria por jornalistas e políticos fluminenses. Após o sorriso, o governador iniciou sua resposta lembrando os avanços na política de segurança pública realizados por seu

---

<sup>1</sup> JORNAL DO BRASIL. Debate: "Toda a réplica que eu havia pensado foi por água abaixo", diz Tarcísio. Portal do Jornal do Brasil. 2014. Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/10/01/debate-toda-a-replica-que-eu-havia-pensado-foi-por-agua-abaixo-diz-tarcisio/>> Acesso em 11 nov 2014.

governo, já que de 2007 a 2014 ele foi vice-governador de Sérgio Cabral Filho, do mesmo PMDB, que era o titular do Palácio Guanabara na noite de 14 de julho. Ele mencionou dados estatísticos sobre o recrudescimento no número de soluções de crimes. E garantiu que a triste história do sumiço de um pedreiro na Rocinha só pode vir à tona graças ao sucesso, em alguma medida, das políticas de segurança pública desenvolvidas no estado do Rio. Eis a resposta completa:

Professor Tarcísio, se tem um governo que investiu na elucidação de crimes e desaparecimento, é o nosso. Se tem um governo que investiu em segurança pública, foi o nosso. Nós saímos do investimento de dois bilhões e cem milhões de reais em segurança pública para nove bilhões e quatrocentos milhões esse ano. E vamos continuar a investir. Só na elucidação de crimes, saímos de 4,5% para 27,5%, professor Tarcísio. A gente sabe que tem um longo caminho a percorrer. E as câmeras que detectaram o desaparecimento do Amarildo fomos nós que colocamos dentro da comunidade. E vamos continuar a investir fortemente nesses monitoramentos. Em parcerias com as cidades, em parcerias com as comunidades. Nós sabemos que ainda temos muito para avançar na segurança pública. Nesse estado sumiam diversos 'Amarildos' por dia e ninguém ficava sabendo. Você saía de São Conrado, atravessava uma avenida e entrava em uma cidade de 101 mil habitantes como a Rocinha, onde o chefe do tráfico determinava quem subia e quem descia. Hoje tem polícia lá dentro e tem delegacia. Como ontem, durante o processo eleitoral, fizemos uma investigação e entramos lá dentro para prender os traficantes. E vamos continuar a investir na segurança, professor<sup>2</sup>.

Em outubro de 2013, veio à tona a revelação sobre o que ocorrera na noite de 14 de julho: Amarildo levou uma sessão de choques elétricos e socos, além de ser asfixiado com um saco em sua cabeça, numa sessão de tortura que durou cerca de 40 minutos. Ele era epilético, e não resistiu aos golpes, vindo a falecer em seguida. Àquela altura, os policiais militares envolvidos no crime já haviam sido presos, e hoje aguardam a tramitação dos processos contra eles por tortura e ocultação de cadáver.

Quando pôde retomar a palavra, Tarcísio Motta estava exaltado e condenou veementemente a fala do governador Pezão, lembrando os nomes de outras vítimas de violência, entre moradores de favela e policiais militares mortos em serviço nos últimos anos. “Em nome das famílias, em nome de todos os 'Amarildos' que eu repito a pergunta e você tem que responder com política: Cadê o Amarildo?”<sup>3</sup>, voltou a perguntar o candidato do Psol. Em sua tréplica, Pezão reforçou suas promessas de investimento na segurança pública e contratar mais policiais. O governador disse ainda “lamentar” o fato

---

<sup>2</sup> JORNAL DO BRASIL. **Debate: "Toda a réplica que eu havia pensado foi por água abaixo", diz Tarcísio.** Portal do Jornal do Brasil. 2014. Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/10/01/debate-toda-a-replica-que-eu-havia-pensado-foi-por-agua-abaixo-diz-tarcisio/>> Acesso em 11 nov 2014

<sup>3</sup> Idem

de o adversário não reconhecer os avanços realizados na área da segurança pública.

Em alguma medida, o presente trabalho se pergunta o porquê da conexão entre essas duas noites: por que um desaparecimento na Rocinha é evocado durante um debate entre candidatos ao governo do estado do Rio? O que está em jogo quando, mais de um ano depois do fato, ele ser mencionado em um momento tão importante, que é a sucessão para o cargo de governador do estado?

Sem pretensão de esgotar a análise, o interesse aqui é apresentar razões possíveis que levaram o desaparecimento de Amarildo a assumir tamanha centralidade, e se refletir sobre a possibilidade de uma discussão sobre o atual cenário da comunicação pensando no referido caso. Para ambos os fins, serão analisadas as reportagens veiculadas pelo jornal *O Dia* entre julho – mês do desaparecimento do pedreiro – e outubro, quando vêm à tona as primeiras informações sobre a tortura a qual foi submetido Amarildo dentro da sede da UPP da Rocinha: estas matérias serão a fonte primária principal sobre a qual a análise se dará. A escolha deve-se, sobretudo, a uma experiência pessoal, pois comecei como estagiário da empresa em julho de 2013. Assim, acompanhei, mesmo que a certa distância imposta pelo cargo e pela rotina de trabalho, algumas das matérias que analisarei neste trabalho. Isto não significa, porém, que serão desprezadas outros jornais, portais e revistas no processo de reconstrução do caso Amarildo, cujos principais acontecimentos serão tema do primeiro capítulo.

Neste período, a opinião pública debateu sobre quem, afinal, seria Amarildo: traficante? Pai de família, cidadão de bem? Manifestações que pediam uma solução para o caso foram realizadas primeiro na favela da Rocinha, depois nas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo. Nas redes sociais, a *hashtag* #CadêOAmarildo foi replicada por anônimos e famosos em todo o mundo. As instituições precisaram se manifestar: na campanha eleitoral de 2014, o governador Pezão admitiu que o sumiço do pedreiro foi um episódio que “abalou”<sup>4</sup> a política das UPPs, carro-chefe das administrações de Sérgio Cabral e marco na concepção de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. À época do desaparecimento, Cabral e membros de seu governo foram a público desde o “começo” do caso para garantir os esforços do estado na descoberta do paradeiro de Amarildo e, principalmente, indicar que se tratava de fato isolado, incapaz de desestabilizar o projeto de pacificação. Ao mesmo tempo, instituições como a Secretaria

---

<sup>4</sup> O GLOBO. **Pezão admite abalo nas UPPs com caso Amarildo: ‘Não tem como tapar sol com peneira’**. Jornal O Globo, 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/pezo-admite-abalo-nas-upps-com-caso-amarildonao-tem-como-tapar-sol-com-peneira-13983953>> Acesso em 11 nov 2014.

Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça se manifestaram e fizeram pressão sobre as polícias Civil e Militar fluminenses, também exigindo saber onde estava o corpo de Amarildo.

Em linhas gerais, o primeiro capítulo desta monografia tratará destas dimensões. A ideia é apresentar ao leitor de que forma que o caso se desenrolou entre julho e outubro, quais foram os discursos mobilizados pelos representantes do estado, e quais as linhas de investigação assumidas pela Polícia Civil. No curso da análise, pretendo problematizar, por um viés sociológico, alguns pontos que considero relevantes na transformação deste caso em episódio específico e merecedor de atenção. Nesse sentido, foi realizada, em 13 de maio de 2014, uma entrevista com o delegado Orlando Zaccone, titular da 30ª Delegacia Policial (DP), de Marechal Hermes. Quando Amarildo desapareceu, ele ocupava o mesmo posto na 15ª DP (Gávea), onde o caso foi registrado, e foi o responsável por conduzir as investigações até a passagem destas para a Divisão de Homicídios, a qual conseguiu comprovar o envolvimento de policiais militares na tortura e morte do pedreiro.

O primeiro capítulo é um esforço para recontar o que foi o caso Amarildo. Na medida em que os fatos são contados, o presente trabalho também proporrá a discussão de certos aspectos a partir de alguns referenciais teóricos para auxiliar na compreensão do episódio. Nesta parte, indico que alguns dos desdobramentos ocorridos entre julho e outubro podem ser considerados momentos de tensão nas investigações, e, de alguma maneira, estes reverberaram na opinião pública. Chamo tais episódios de *reviravoltas*.

Um dos momentos mais importantes do caso segundo esta análise é a divergência que se deu entre os delegados da 15ª DP, no mês de agosto. Tal discordância apareceu sobretudo na imprensa, e revelou a existência de uma linha de investigação seguida pela Polícia Civil que apontava para uma suposta relação entre Amarildo e o tráfico de drogas, ponto de vista defendido pelo então delegado-adjunto Ruchester Malheiros. Segundo Zaccone, esta construção do pedreiro como “traficante” ocorreu de forma deliberada, e envolveu o municiamento do inquérito com informações duvidosas. A intenção seria tentar reverter o clamor que o caso, progressivamente, assumiu na opinião pública. Para discutir esta possibilidade, refletiremos, primeiro, a partir das ideias de Michel Misse (2010), que fala sobre a construção de “seres matáveis” no Brasil contemporâneo: se Amarildo fosse comprovadamente um traficante, o clamor em torno de seu desaparecimento e morte possivelmente diminuiria porque, no Brasil, as pessoas comumente associam criminalidade à pobreza, que leva, muitas vezes, ao não

reconhecimento tácito de direitos vinculados à ideia de cidadania. E, segundo esse ponto de vista, criminosos seriam cidadãos de segunda classe, que são “seres matáveis”. A intenção de Malheiros era, também, construir uma verdade “real” sobre o caso Amarildo. Os significados e as disputas em torno da ideia de verdade serão debatidos a partir de postulados da antropóloga Joana Vargas (2012), cujo trabalho aborda a relação entre os métodos empregados pela Polícia Militar e a construção da noção de “culpa”; e Michel Foucault (1970), responsável por importantes reflexões acerca do conceito de verdade no plano da produção documental judicial no mundo contemporâneo.

O esforço do segundo capítulo está direcionado para discutir alguns aspectos da cobertura feita pelo jornal *O Dia* sobre o caso. Com este fim, o trabalho se divide em duas “frentes”: a primeira é uma entrevista com o editor-executivo do jornal, Alexandre Medeiros, que fala sobre impactos externos, como o das manifestações de rua e do clamor das redes sociais, no cotidiano da cobertura jornalística. Em paralelo, apresento a categorização que elaborei a partir das reportagens publicadas entre julho e outubro de 2013 sobre o caso, mostrando qual ponto de vista foi mais utilizado pelo veículo no curso dos acontecimentos. Nesta seção, retomo um debate da teoria jornalística sobre a hipótese do *agenda-setting*: discuto-a a partir de uma perspectiva histórica, e apresento uma ressignificação possível para seu uso. Para este objetivo, julguei necessário realizar uma contextualização histórica do caso Amarildo: discuto o cenário específico em que o caso veio à tona, após as manifestações populares que levaram milhões de pessoas às ruas em junho de 2013. Articulo essa discussão a um novo debate sobre paradigmas contemporâneos da comunicação, mais uma vez sem pretensão de esgotar a análise, e com o fim de indicar um caminho possível para entender a mobilização em torno do nome de Amarildo.

Nas considerações finais, apresentaremos os novos significados assumidos pelo nome “Amarildo” após a repercussão do caso. Neste ponto, retomo a reflexão feita por Tarcísio Motta, com a qual iniciei esta introdução, para indicar que falar no desaparecimento do pedreiro assumiu novos significados.

Algumas características do caso Amarildo são específicas, e considero que sejam merecedoras de atenção e tê-las em mente pode ser útil para ajudar a responder as perguntas sobre as quais este trabalho se debruça: (I) o caso ocorreu numa área que conta com UPP; (II) após grandes mobilizações populares nas chamadas “Jornadas de Junho” de 2013; e (III) alguns discursos emitidos sobre Amarildo diziam que ele era um “cidadão de bem”, e, por isso, seu paradeiro deveria ser esclarecido. Desses fatores,



depreendi a existência de “três visões” sobre o pedreiro: a ideia de que ele era ligado ao tráfico de drogas, gestada como forma de desarticular todo o clamor que o caso despertou na opinião pública; o Amarildo “trabalhador, pai de seis filhos”, ressaltado pela imprensa em alguns momentos entre julho e outubro, e o “Amarildo” enquanto bandeira de protesto, que inicialmente era algo restrito às ruas da Rocinha e adjacências, foi aos poucos ganhando relevância e se tornou constante mobilizações ainda maiores e, como será exemplificado no primeiro capítulo, virando tema de grandes protestos realizados no Rio e em São Paulo. Esses “tipos”<sup>5</sup> são objetos de considerações mais aprofundadas em outro trabalho<sup>6</sup>, mas é importante mencioná-las e dizer, desde já, que aqui elas serão apresentadas de forma resumida para embasar a discussão jornalística.

Antes de passar a discussão sobre as reviravoltas do caso, é necessário destacar que Amarildo, apesar de todo o clamor, é apenas *um* dentre milhares de episódios de desaparecimento a receber tamanha atenção da mídia, das autoridades e da opinião pública. A partir de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>7</sup>, levantei que entre 1991 e setembro de 2014, 99.226 pessoas desapareceram em todo o estado do Rio. Alguns destes casos que se tornaram emblemáticos, mas será que algum deste universo de quase 100 mil incidências chegou ao ponto de valer uma pergunta tão direta de um postulante ao Palácio Guanabara ao atual governador do estado?

Araújo (2012) ressalta alguns dos mais emblemáticos casos de desaparecimento da história recente fluminense, como a Chacina de Acari, quando 11 jovens da favela, localizada na zona norte do Rio, desapareceram e jamais foram encontrados. As

---

<sup>5</sup> Estas três possibilidades de análise sobre o caso Amarildo são pensadas com base na ideia de Weber (2004) sobre *tipos ideais*. Por este conceito, está expressa a delimitação de uma construção parcial da realidade, em que o pesquisador seleciona certo número de características, ressaltando algum dos elementos observados e construindo um todo inteligível dentre outros vários possíveis. Trata-se, grosso modo, da seleção arbitrária de elementos constitutivos de um fenômeno dado, como forma de esquematização e operacionalização de um pensamento, por intermédio da criação de categorias que não dão conta da totalidade daquilo que é estudado. Sendo assim, as três visões que serão brevemente apresentadas a seguir, e que serão tratadas no segundo capítulo, correspondem a *tipos ideais* extraídos a partir das reflexões sobre o caso articuladas a bibliografia que tem sido trabalhada até aqui, e às reportagens do jornal *O Dia*, que servem de fonte primária principal para este trabalho. Em suma, são noções abstratas construídas a partir da realidade, que servirão como guia numa tentativa preliminar de discutir as principais características do caso Amarildo.

<sup>6</sup> Desenvolvi outra monografia sobre o caso Amarildo, como trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Intitulado *Por que Amarildo: resquícios autoritários em tempos democráticos* e orientado pela Prof. Dra. Angela Moreira Domingues da Silva (FGV/CPDOC), discuto permanências entre a época da ditadura militar e o atual contexto democrático que possam ajudar a entender o que há de específico no caso Amarildo. No seio desta discussão histórica, debate, de forma mais aprofundada, aquilo que chamo de “três visões concorrentes sobre o caso Amarildo”.

<sup>7</sup> Autarquia estadual criada em 1999, com o objetivo de desenvolver projetos de pesquisas, análises e o levantamento de dados estatísticos para criar políticas públicas voltadas para a área de segurança no estado do Rio de Janeiro.

denúncias evidenciavam a participação de um grupo de policiais do 9º Batalhão de Rocha Miranda, conhecidos como "Cavalos Corredores" e famosos pelos extermínios e pela forma aterrorizante que usavam para entrar nas favelas. Os jovens até hoje não foram encontrados, e suas mães ficaram conhecidas como as "Mães de Acari", que seguem na luta por justiça e pelo direito de enterrar os filhos.<sup>8</sup>

Outro caso, mais recente, que continua sem o corpo da vítima, é o da engenheira Patrícia Amieiro. Em 2008, seu carro foi encontrado no fim de uma madrugada, com o vidro traseiro estilhaçado e porta-malas aberto. À época, a polícia divulgou que ela teria batido com seu carro num poste, mas logo a perícia percebeu que o veículo havia sido alvejado por tiros disparados por policiais militares, diante da suposta recusa de Patrícia em encostar o carro numa blitz. A morte presumida de Patrícia só foi confirmada pela 6ª Vara Cível da Barra da Tijuca em 2012, e o Estado só foi condenado em 2014 a pagar indenização à família da engenheira, segundo decisão da 10ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio. Os quatro principais acusados respondem ao processo em liberdade e o corpo jamais foi encontrado. Chama atenção o fato de que, pelo menos uma vez por ano, a família da engenheira organiza um protesto em sua memória e exige providências que ajudem a esclarecer as circunstâncias em que ocorreram o desaparecimento<sup>9</sup>.

Em 2011, um caso envolvendo o desaparecimento de uma criança – que posteriormente foi caracterizado como homicídio - também mobilizou mídia e diversos atores sociais, e envolveu a organização de protestos contra a "atuação desastrosa das instituições estatais", como definiu Araujo (2012). No fim de junho daquele ano, Juan Moraes desapareceu na favela Danon, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e, após dezesseis dias, seu corpo foi encontrado na beira de um rio na cidade vizinha de Belford Roxo. Os policiais chegaram a acusar Juan, que tinha 11 anos de idade, de ser traficante de drogas, e registraram sua morte como auto de resistência<sup>10</sup>. Durante as investigações,

---

8 ARAÚJO, Fábio Alves. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado** / Fábio Alves Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012.

9 O DIA. **Justiça manda Estado indenizar família da engenheira Patrícia Amieiro**. Jornal O Dia, 2014. Disponível em< <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-21/justica-manda-estado-indenizar-familia-da-engenheira-patricia-amieiro.html> > Acesso em 01 out 2014.

10 O auto de resistência é um tipo de incidência criminal registrada pelo ISP que tem despertado o interesse da sociologia e da ciência política. Não é o tema principal deste trabalho, mas são necessárias algumas considerações: de acordo com definição de Misse (2013), estes são registros realizados casos de "suspeitos mortos durante operação policial", criando uma figura jurídica inexistente em outros lugares do mundo. Nos EUA, por exemplo, tais crimes são registrados como homicídios. Misse *et al* (2013) publicaram livro sobre este tema, a letalidade policial, e seu

Araújo relata que a Polícia Civil cometeu um erro no laudo cadavérico do corpo encontrado em Belford Roxo, ao dizer que se tratava de uma menina, e não do menino desaparecido dias antes. Depois, o órgão reconheceu erro e percebeu que realmente se tratava de Juan, mas o erro foi assunto da imprensa por vários dias.

Em seus trabalhos, Araújo (2007; 2012) esmiuça os casos brevemente relatados aqui, com enfoques variados. A pergunta sobre o "porquê destes casos terem assumido centralidade nos discursos da mídia e dos diversos atores sociais" não é feita explicitamente, da forma que colocamos para este trabalho e a discussão sobre o caso Amarildo, mas de alguma forma permeia a análise do sociólogo. No caso da Chacina de Acari, o autor chama atenção para a centralidade dos discursos emitidos pelas mães das vítimas, que, como o próprio mostra, continuaram sendo assunto das matérias dos principais jornais do país mesmo vinte anos após o crime. No caso de Patricia Amieiro, o fato de o suposto acidente ter se transformado em crime cometido por policiais; e o menino Juan foi destaque por ter sua morte ter sido classificada por PMs como auto de resistência, e pelo erro cometido pela Polícia Civil no curso das investigações.

Tarcísio Motta não perguntou a Pezão sobre o paradeiro dos meninos de Acari, de Patrícia Amieiro, ou lembrou do menino Juan: naquela noite de 30 de setembro de 2014, foi de Amarildo que ele lembrou. O calvário de Amarildo se iniciou e terminou na noite de 14 de julho de 2013. O que pode ter durado poucas horas, mas com diversos significados posteriores, é o tema do capítulo a seguir.

---

processamento pelo Ministério Público e pelo Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Zaccone (2013) também voltou suas atenções ao tema do auto de resistência, porém sob outro viés: em sua tese de doutorado, defendida no departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, há a análise do comportamento da Justiça diante dos casos e para a construção de uma figura jurídica capaz de tornar "invisível a morte de alguns".

## 2. REVIRAVOLTAS NO CASO AMARILDO

O desaparecimento de Amarildo na favela da Rocinha entrou na agenda dos protestos de rua, da mídia, da classe política e das instituições policiais como a Polícia Civil e a Polícia Militar (PM), que, de alguma forma, responderam aos acontecimentos que se sucederam. No período de análise definido por este trabalho, o caso teve alguns desdobramentos que podem ser considerados momentos de tensão nas investigações, e de alguma forma reverberaram na opinião pública – os chamo de reviravoltas. Em agosto, no curso das investigações, veio à tona uma divergência entre os delegados da 15ª DP, do bairro da Gávea, responsável pelo começo das investigações. O debate, travado principalmente via imprensa, revelou uma linha de investigação seguida pela Polícia Civil que indicava o suposto envolvimento de Amarildo com o tráfico de drogas, um dos momentos de inflexão mais significativos do caso, como será mostrado a seguir. As reviravoltas foram também institucionais, na medida em que durante os quatro meses analisados, comandantes de UPP foram trocados, o Comandante Geral da PM foi substituído, e policiais foram afastados da corporação por terem coagido testemunhas envolvidas com o caso.

Duas figuras públicas foram pressionadas de modo específico no curso desses quatro meses: o então governador Sergio Cabral (2007-2014), e o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame. Tal pressão resultou do fato de que aquele crime ocorrera na Rocinha supostamente “pacificada” após receber uma UPP, forma de polícia concebida justamente para tentar corrigir “as ações puramente repressivas”<sup>11</sup> das forças policiais na favela. Supunha-se que o projeto de pacificação<sup>12</sup> das favelas controladas por traficantes, iniciado em 2008 numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e depois estendido para outras comunidades, seria responsável por acabar com os dias em que as favelas ganharam as manchetes apenas com informações sobre crimes, mortes e massacres.

Com a repercussão do caso Amarildo, Cabral e Beltrame observaram que um

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios.** *Mana* [online]. 2014, vol.20, n.1, pp. 125-161

<sup>12</sup> Segundo João Pacheco de Oliveira, o projeto de pacificação trouxe “substantivos ganhos eleitorais” para Cabral. Os números comprovam: em 2010, ele foi reeleito em primeiro turno com aproximadamente 66% dos votos. G1 RJ. **Sérgio Cabral é reeleito governador do Rio de Janeiro.** Portal G1. 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/sergio-cabral-e-reeleito-governador-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em 20 set 2014.

aspecto importante da política de segurança pública gestada e implementada por eles não era imune às falhas, e tiveram que lidar, ali, com a primeira fratura relevante no projeto concebido por ambos. Entre julho e outubro, os dois usaram variados veículos de mídia para dizer que, apesar do desaparecimento de Amarildo, o projeto de pacificação não poderia ser colocado em xequê. Cabral, por exemplo, classificou as críticas que ele e o projeto das UPPs sofreram como “tentativa de desmoralização”<sup>13</sup>.

Neste capítulo, a tarefa será tentar entender como se deram as reviravoltas na condução do caso, de que forma ele impactou as polícias em termos institucionais e como o governo do Estado inicialmente respondeu a ele. Para além de uma listagem cronológica do caso, esta seção iniciará a problematização de algumas das questões que direta ou indiretamente aparecem nos discursos, como a tentativa de criminalização de Amarildo através da análise divergência entre os dois delegados da 15ª DP e o que “pacificação” significa quando aparece na fala do então governador do Rio. Para ajudar nesse esforço, foi realizada uma entrevista<sup>14</sup> com o delegado Orlando Zaccone, então titular da 15ª DP.

## **2.1.A Paz Armada**

O desaparecimento de Amarildo, em julho de 2013, ocorreu no rescaldo de uma operação policial realizada naquele mês, oito meses após a instalação da 28ª UPP do estado do Rio de Janeiro. A operação ocorreu quase dois anos depois “tomada do território” celebrada por Beltrame, e pela delegada Martha Rocha, então chefe da Polícia Civil. “Se chegou (*sic*) nesse local há pouco tempo, mas o mais importante é que foi sem disparar um tiro, sem derramar uma gota de sangue de seja lá quem for”, comemorou Beltrame, em outubro de 2011, quando três mil pessoas participaram da ocupação dos mais de 864 mil metros quadrados da favela<sup>15</sup>.

Em março de 2013, uma ação conjunta da Polícia Militar, Polícia Civil e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) começou a ser planejada para acontecer na Rocinha. O objetivo era desarticular o tráfico de drogas na favela, que persistia mesmo após a “libertação do jugo do fuzil”, como anunciou Beltrame na ocupação da região.

---

<sup>13</sup> SERODIO, Guilherme. **Cabral defende UPPs em visita a ONG alvejada por tiros na madrugada.** Valor Econômico. 2013. Disponível em < <http://www.valor.com.br/politica/3217744/cabral-defende-upps-em-visita-ong-alvejada-por-tiros-na-madrugada>>. Acesso em: 24 set.2014.

<sup>14</sup> Realizada pelo autor no dia 21 de maio de 2014, na sede da 30ª DP, em Marechal Hermes.

<sup>15</sup> G1 RJ. **Após décadas à mercê do tráfico, Rocinha é ocupada pela polícia.** Portal G1. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/apos-decadas-merce-do-trafico-rocinha-e-ocupada-pela-policia.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

Chamada de *Operação Paz Armada* e executada em julho, a junção de forças foi considerada um sucesso. No dia 17 de julho, três dias depois da data em que Amarildo foi visto pela última vez, a Polícia Civil revelou que foram cumpridos 21 daqueles mandados de prisão contra traficantes que atuavam na favela, terminando com oito pessoas foram presas em flagrante e três menores apreendidos. O saldo da operação foi considerado positivo pelas autoridades. À época, disse o Major Edson Santos, então comandante da UPP da Rocinha, em notícia divulgada pelo site da Polícia Civil:

É um momento diferenciado na segurança pública. Para o tráfico do Rio de Janeiro é uma queda muito grande. Eu acredito que os bandidos vão sentir um impacto muito grande. As 104 câmeras instaladas na comunidade foram muito importantes para esse trabalho.<sup>16</sup>

Representante da Polícia Civil na operação conjunta, o delegado Orlando Zaccone também teceu seus comentários. Para ele, uma das dificuldades da operação foi o fato de que, quando detidas para averiguação, boa parte das pessoas tinha ‘ficha limpa’, ou seja, não tinham passagem pela polícia, e que isso dificultaria o trabalho das forças policiais.

Em paralelo ao que se noticiou de forma oficial, entretanto, aconteceu o desaparecimento de Amarildo. A *Operação Paz Armada* transcorria, com cerca de 300 policiais realizando prisões e executando mandados pela favela. Por volta das 20h do dia 14, quando Amarildo estava de pé, na porta de um pequeno bar nos arredores de sua casa, um policial da UPP o abordou. Uma testemunha contou ao jornal *O Globo* que Amarildo estava indo para casa, quando “Cara de Macaco”, como é conhecido um dos policiais da unidade da Rocinha, colocou a mão em seu bolso. O pedreiro reagiu, mostrou os documentos, mas “Boi”, como era conhecido, foi levado pelos policiais<sup>17</sup>. Foi a última vez que ele foi visto com vida. Quando soube do ocorrido, Elizabete Gomes, viúva de Amarildo, foi ao Parque Ecológico, local da favela em que está instalada a UPP, e chegou a ver o marido.

Ele me olhou e disse que o policial estava com os documentos dele. Então eles disseram que já, já ele retornaria para casa e que não era para a gente esperar lá. Fomos para casa e esperamos a noite inteira. Depois, meu filho procurou o comandante, que disse que Amarildo já tinha sido liberado, mas que não dava para ver nas imagens das câmeras da UPP porque tinha

---

<sup>17</sup> BOTTARI, Elenilce. **A Rocinha quer saber: onde está Amarildo?** Jornal O Globo. 2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/a-rocinha-quer-saber-onde-esta-amarildo-9156093>>. Acesso em 24 set 2014.

ocorrido uma pane. Eles acham que pobre também é burro.<sup>18</sup>

Dois dias depois, na manhã do dia 16 de julho, um dia antes da notícia da Polícia Civil sobre o sucesso da *Operação Paz Armada* ser divulgada, Elizabete Gomes foi a 15ªDP e registrou o desaparecimento de seu marido. Na seção “Dinâmica do Fato” do documento, o inspetor de polícia responsável pelo registro relata a narrativa de Elizabete.

Comunica a Sra. Elisabete Gomes da Silva que seu companheiro AMARILDO DIAS DE SOUZA morador da Rocinha desapareceu após ter sido conduzido por policiais da UPP para averiguação em sua sede. O fato ocorreu por volta das 19h45 do dia 14/07/2013. Que informa ainda que no dia seguinte procurou a sede e foi informada que seu companheiro havia sido liberado, pois não havia mandado de prisão em seu desfavor. Informa ainda que desde então não teve qualquer notícia de seu paradeiro e aguarda providências.<sup>19</sup>

De posse do documento que relatava o registro de Amarildo, Elizabete, iniciou, então, sua peregrinação à procura do corpo do marido. No Brasil, país do “fetichismo burocrático”, como definiu o antropólogo Roberto da Matta, o documento distingue: mais do que um registro burocrático, trata-se de um recurso que garante um novo estatuto a seus portadores.<sup>20</sup> Quando saiu da 15ªDP, Elizabete tinha mais do que seu testemunho para lutar até encontrar o marido: em suas mãos, havia um registro formal e burocrático necessário para comprovar a narrativa que havia feito e, mais que isso, um recurso de poder. Da Matta (2002), considera, em linhas gerais, que o Brasil é um país no qual a cidadania e os direitos são reconhecidos principalmente aos cidadãos que “tenham seus documentos em ordem”. Segundo ele, há um medo generalizado entre alguns segmentos sociais de ter problemas com a polícia por não ter ou “estar” com seus documentos. Para Elizabete a posse do registro do desaparecimento de Amarildo criou um “escudo” contra uma eventual penalidade cívica sobre a qual fala o antropólogo, resultado de sanções diretas ou indiretas sofridas por aqueles que não apresentam seus documentos nas situações em que são exigidos. Para a viúva, a posse do documento

---

<sup>18</sup> VIGNA, Anne. **Onde está Amarildo? Saiba quem é o pedreiro que desapareceu na Rocinha**. Portal EBC / Agência Pública de Jornalismo Investigativo. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/colaborativo/2013/07/amarildo-presente>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>19</sup> Trecho do registro de ocorrência. Disponível em < <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2014/02/1BOAmarildo.pdf>>. Acesso em 1 set 2014

<sup>20</sup> DAMATTA, Roberto. **A Mão Visível do Estado: Notas Sobre o Significado Cultural dos Documentos na Sociedade Brasileira**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 99, p.37-64, jan. 2002.

representou o começo do seu engajamento na luta pela elucidação do paradeiro de seu marido.

Em 17 de julho, como dito, foi divulgado o balanço da *Operação Paz Armada*. No mesmo dia, a Rocinha foi palco de uma grande mobilização organizada por seus moradores, que cobravam providências do Estado e desejavam saber o paradeiro de Amarildo. O protesto, realizado na noite de quarta-feira, provocou o fechamento dos dois sentidos da Autoestrada Lagoa-Barra, uma das principais vias de conexão entre as zonas sul e oeste da cidade<sup>21</sup>. O clamor popular que começava a florescer ali, naquela manifestação, e que depois se estenderia por diversos segmentos e áreas da sociedade, não demorou muito para provocar o primeiro desdobramento “oficial” do caso. No dia 18, a família de Amarildo entrou em contato com representantes da máquina estatal, relatada em seguida por reportagem do jornal *O Dia*. Na ocasião, os familiares do pedreiro foram recebidos pelo deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pelo secretário Beltrame, e pelo delegado Orlando Zaccone. Na reportagem, o delegado declarou que voltaria os esforços da Polícia Civil para encontrar Amarildo, relatou o começo das investigações, tendo informado que o GPS das viaturas seria analisado, assim como as imagens de câmeras de vídeo instaladas na Rocinha. “O desaparecimento de uma pessoa nessa circunstância provoca mal estar geral”,<sup>22</sup> declarou Zaccone, evidenciando uma nova postura assumida diante do caso e da própria *Operação Paz Armada*.

É flagrante a mudança no discurso produzido pelo delegado Zaccone<sup>23</sup>: em última análise, a mudança do foco que ele deu à *Operação Paz Armada* é índice da mudança ocorrida no caso Amarildo. Essa mudança desloca o foco do crime para uma bandeira das manifestações de luta contra a violência policial, como demonstra inclusive a reunião realizada com autoridades. A partir deste encontro, uma série de matérias mostrará como, cada vez mais as autoridades de diversos âmbitos do poder entraram no caso, ora pedindo explicações, ora sugerindo que mais esforços deveriam

---

<sup>21</sup> BOTTARI, Elenilce. **A Rocinha quer saber: onde está Amarildo?** Jornal O Globo. 2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/a-rocinha-quer-saber-onde-esta-amarildo-9156093>>. Acesso em 24 set 2014

<sup>22</sup> ALVES, Francisco Edson. **Rocinha prepara novos protestos**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-19/rocinha-prepara-novos-protestos.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>23</sup> Há que se destacar que se trata de veículos cuja intencionalidade das declarações são distintas. Enquanto o portal da Polícia Civil é a “voz oficial” da corporação, *O Dia* é um periódico que não mantém relações de oficialidade com nenhum órgão.



ser empreendidos para localizar o corpo do pedreiro. No curso das investigações, o discurso emitido pelas autoridades sempre foi fator de pressão sobre as investigações, como o próprio Zaccone indicará mais adiante.

Nos três dias seguintes, as matérias veiculadas em *O Dia*, e, de forma geral, em toda mídia impressa do Rio, atentaram apenas para os pormenores iniciais da investigação. Acompanhando a progressiva atenção que as manifestações de rua davam ao tema, a lógica da cobertura também mudou. Passados dez dias do desaparecimento, *O Dia* divulgou matéria que resume bem essa lógica, a qual será apresentada no próximo capítulo: “Hoje (ontem) meus filhos comeram só banana com farinha. Estamos passando dificuldade”, declarou Elizabete à repórter Maria Inez Magalhães<sup>24</sup>.

Naquele momento, Amarido já havia deixado de ser apenas o nome de mais uma possível vítima do Estado, e bandeira de protestos contra a violência policial, para se tornar conhecido como um “homem de bem”, pai de seis filhos, cujo desaparecimento deixara a míngua uma família na qual ele era o alicerce. Na mesma matéria, Elizabete lembrou características pessoais do marido. “Ele não era de sair, era trabalhador e não deu nenhuma notícia até agora. Vejo a roupa dele ainda suja de cimento e fico arrasada.” A família, que à época já havia participado de pelo menos dois protestos que queriam saber “onde está o Amarildo”, começava a ficar cada vez mais exposta.

A exposição levou a família a temer eventuais “represálias” dos policiais das UPPs. Em reportagem do jornal *O Dia*, em 25 de julho, a viúva de Amarildo indicou que tinha medo de uma possível “maldade” feita pelos policiais da UPP Rocinha contra sua família. Um dia antes, autoridades voltaram a recebê-la: desta vez o governador Sérgio Cabral, no Palácio Guanabara. Beltrame não apareceu, e sim Zaqueu Teixeira, secretário de Assistência Social e Direitos Humanos. No encontro, o então governador propôs que Elizabete e os filhos fossem incluídos no Programa de Proteção à Testemunha, o que obrigatoriamente os afastaria da comunidade. A sugestão foi prontamente negada pela família, que declarou não ter intenção de sair da favela enquanto não soubesse o que aconteceu com o Amarildo<sup>25</sup>.

Na mesma matéria, é noticiado aquilo que considero uma das primeiras “reviravoltas” na condução das investigações do caso: as câmeras da UPP, que

---

<sup>24</sup> MAGALHÃES, Maria Inez. **Filhos de pedreiro não têm o que comer**. Jornal *O Dia*. 2013. Disponível em < <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-24/filhos-de-pedreiro-nao-tem-o-que-comer.html>>. Acesso em 24 set 2014.

<sup>25</sup> O DIA. **Família de Amarildo diz que não vai deixar favela**. Jornal *O Dia*. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-25/familia-de-amarildo-diz-que-nao-vai-deixar-favela.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

supostamente teriam filmado Amarildo deixando a sede da unidade, no Parque Ecológico, não estavam funcionando. As câmeras, elogiadas pelo Major Edson Santos quando do anúncio do sucesso da *Operação Paz Armada*, não funcionaram para registrar o pedreiro indo embora, e, portanto, livrar a polícia das suspeitas que, como veremos, começaram a incidir sobre ela. Declarou o delegado Orlando Zaccone:

Buscamos analisar a veracidade das alegações da PM. Fiquei surpreso, pois tinha a informação de que apenas uma das câmeras estava com problemas. Agora, disseram que as duas queimaram. São câmeras estratégicas para a investigação, pois estão posicionadas na frente da base.<sup>26</sup>

A confiança na ideia de que as câmeras instaladas na UPP da Rocinha poderiam ajudar a encontrar Amarildo caíram por terra após mais uma manhã de buscas pelo pedreiro, no dia 25 de julho. Ali, o major Edson Santos admitiu que as câmeras não filmaram a descida do desaparecido pelas escadas que levam à Rua Dioneia, próxima a área do Parque Ecológico<sup>27</sup>.

Conforme veremos no próximo capítulo, o Rio de Janeiro vivia uma conjuntura de ebulição e agitação social à época do desaparecimento de Amarildo, por conta das manifestações de rua que tomaram conta de diversas cidades do Brasil a partir de junho de 2013. Para entender o porquê de o desaparecimento de Amarildo ter assumido tamanha centralidade nos discursos das autoridades estatais, na mídia e na opinião pública, é fundamental entender em que contexto se deu o crime, e isso será feito adiante. Porém, é importante salientar desde já que, apesar de esses movimentos terem um ponto de saída comum – a pressão popular contrária ao aumento das passagens de ônibus – aos poucos novas pautas se fizeram ouvir nas ruas. No caso fluminense, o então governador Sérgio Cabral tornou-se um dos alvos principais da insatisfação generalizada que ecoava das ruas. Para se ter uma ideia, vale mencionar que a partir do mês de julho e durante quase dois meses, a esquina da casa do governador, no bairro do Leblon, foi ocupada por manifestantes contrários à sua administração e, em alguns momentos, eles se juntaram aos moradores da Rocinha que seguiam realizando

---

<sup>26</sup> O DIA. **Família de Amarildo diz que não vai deixar favela.** Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-25/familia-de-amarildo-diz-que-nao-vai-deixar-favela.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>27</sup> O DIA. **Polícia faz buscas na Rocinha à procura de pedreiro desaparecido.** Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-25/policia-faz-buscas-na-rocinha-a-procura-de-pedreiro-desaparecido.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

protestos por Amarildo.<sup>28</sup> Após um dos protestos, como mostra a figura a seguir, o nome da Avenida Delfim Moreira, tradicional via do Leblon localizada nas imediações da casa de Cabral, foi “trocado” pelo nome do pedreiro.

**Figura 1**



Fonte: [http://imguol.com/c/noticias/2013/08/14/13ago2013---placa-na-avenida-delfim-moreira--tem-o-nome-coberto-por-avenida-amarildo-dias-de-souza-por-manifestantes-do-1376521861320\\_615x470.jpg](http://imguol.com/c/noticias/2013/08/14/13ago2013---placa-na-avenida-delfim-moreira--tem-o-nome-coberto-por-avenida-amarildo-dias-de-souza-por-manifestantes-do-1376521861320_615x470.jpg)

No fim do mês de julho, Amarildo já havia deixado de ser apenas um pedreiro desaparecido na favela da Rocinha, para se tornar uma pauta de reivindicação real dos manifestantes, não somente os que estavam acampados perto de sua casa. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 500 pessoas ocuparam a Avenida Paulista para exigir a

---

<sup>28</sup> **‘Black blocs’ e moradores da Rocinha se unem em passeata.** Folha de São Paulo. 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/121905-black-blocs-e-moradores-da-rocinha-se-unem-em-passeata.shtml>>. Acesso em 24 set 2014.

renúncia do governador e cobrar da PM explicações sobre o sumiço do pedreiro<sup>29</sup>. Na Marcha das Vadias do dia 27, que curiosamente cruzou na praia de Copacabana com os fiéis da Jornada Mundial da Juventude, o governo do estado e a polícia militar também foram cobrados pelo desaparecimento de Amarildo<sup>30</sup>.

Cobrado por paulistas, feministas, cariocas do asfalto e da favela, Cabral pouco aparecera para dar explicações sobre o paradeiro de Amarildo, sendo visto apenas em fotos das reportagens que repercutiam as reuniões feitas com os familiares do pedreiro. O próximo tópico deste capítulo apresentará de que forma o então governador do Rio se manifestou no curso das investigações.

## 2.2. O governador e o pedreiro

Os primeiros discursos de Cabral sobre o desaparecimento de Amarildo chamavam atenção para o fato de este ter sido um crime incapaz de desmoralizar o projeto de pacificação das favelas cariocas, iniciado por seu governo em 2008. As UPPs foram expressão da principal política pública do primeiro mandato de Cabral, responsáveis, em última análise, pela grande aprovação popular do governador, comprovada na sua reeleição, em 2010, com 66% dos votos<sup>31</sup>.

No dia 24 de julho, Cabral publicou em sua conta no *Twitter* “que iria mobilizar todo o governo para descobrir onde está o Amarildo e identificar os responsáveis pelo seu desaparecimento”. Depois, só voltou a se pronunciar publicamente em entrevista coletiva convocada para o Palácio Guanabara, no dia 29 de julho, da qual eu participei, numa das minhas primeiras pautas como estagiário do jornal *O Dia*.

O tema da coletiva era o anúncio de que o Parque Aquático Julio Delamare, parte do Complexo Esportivo do Maracanã, não seria derrubado, como estava exposto no contrato celebrado entre o governo do estado e o consórcio responsável pela administração do equipamento, formado por três empreiteiras<sup>32</sup>. Notícia dada, e logo

---

<sup>29</sup> MELLO, Daniel. **Protesto contra o desaparecimento de Amarildo acaba em tumulto em São Paulo**. Portal EBC2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/08/protesto-contra-o-desaparecimento-de-amarildo-acaba-em-tumulto-em-sao-paulo>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>30</sup> FREIRE, Felipe. **Peregrinos e manifestantes da Marcha das Vadias se envolvem em tumulto**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/jornadamundialdajuventude/2013-07-27/peregrinos-e-manifestantes-comecam-tumulto-em-copacabana.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>31</sup> **G1. Sérgio Cabral é reeleito governador do RJ. Portal G1. 2010**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/sergio-cabral-e-reeleito-governador-do-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>32</sup> **DIA, O. Parque Aquático Julio Delamare não será demolido**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em:

vieram outras perguntas para Cabral, apoiado sobre o púlpito de acrílico no qual repousavam mais de uma dúzia de gravadores e microfones. Ciceroneado pelo então vice-governador Luiz Fernando Pezão, o governador disse que os protestos mostraram que ele precisava de mais “humildade”, indicou que não estava mais usando helicópteros do Estado para voos particulares, e apelou para que os protestos em frente sua casa cessassem. Entre os jornalistas presentes ao Palácio Guanabara naquela tarde, o clima era de agitação, visto que era a primeira vez que o governador iria a público depois de ter sido alvo sistemático de protestos durante os meses de junho e julho.

Na porta de casa... tenho filhos pequenos. Ali (Leblon)... é meu filho de seis anos, meu filho de 11 anos. Aqui (Palácio Guanabara)... é do jogo democrático. Não sou um ditador. Estou aberto ao diálogo. Faço apelo de coração, como pai... Meus filhos têm Facebook e ficam chateados com tudo o que veem. É muito chato<sup>33</sup>.

Em matéria do dia 1 de agosto, publicada no jornal *O Dia*, por ocasião da reabertura da sede do Afrorreggae, ONG fechada meses antes no Complexo do Alemão, por conta de um incêndio, Cabral relatou que a UPP não é perfeita e ratificou a promessa feita seis dias antes no Twitter.

A UPP não é perfeita. Se o Amarildo sumiu, vamos atrás do Amarildo. Se o AfroReggae fechou, vamos reabrir. A quem interessa desmoralizar um projeto que não é do meu governo, mas da sociedade? A gente tem que lutar para melhorar o projeto, e não para desmoralizá-lo.<sup>34</sup>

Em entrevista dada ao jornal *O Dia*, no dia seguinte, seu discurso também trazia a ideia de que as UPPs trouxeram um novo clima às favelas que as receberam, sendo elas as responsáveis pelas possibilidades de investigação que o caso tinha. Quando Cabral lembra a existência anterior de outros “Amarildos”, confere ao caso mais um índice de sua especificidade. Afinal, aconteceram outros tantos episódios similares. No trecho reproduzido a seguir, porém, fica claro qual é a especificidade: dessa vez, o desaparecimento de um homem ocorria em uma favela onde a “paz” supostamente tinha chegado, local onde se iniciara um processo de recuperação da cidadania. Esse contexto exigia uma resposta.

---

<<http://www.agenciaodia.ig.com.br/geral/2013-07-29/Parque-Aquitico-Julio-Delamare-no-ser-demolido-3007Medida-requer-acerto-no-contrato-firmado-com-consorcio-privado-Estadio--988965>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Rozane. **Sérgio Cabral: ‘Eu estava precisando de humildade’**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-30/sergio-cabral-eu-estava-precisando-de-humildade.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>34</sup> BARBOSA, Caio. **'Isso foi uma demonstração de fraqueza', diz José Junior sobre novo ataque**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-31/isso-foi-uma-demonstracao-de-fraqueza-diz-jose-junior-sobre-novo-ataque.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

Ninguém mais do que eu, que o Mariano (José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública), que o (coronel Erir) Costa Filho (comandante da PM), que a Martha (Rocha, chefe da Polícia Civil)... todos nós queremos descobrir onde está Amarildo e também quem são os responsáveis por esta situação. Não há complacência com isso, não há pacto com isso. Estamos muito envolvidos nesta investigação. Outro ponto é lembrar como era a Rocinha antes da UPP. Foram muitos Amarildos que sumiram, muitos Amarildos que morreram, muitos Amarildos que desapareceram. Era o poder paralelo tomando conta com fuzil lá, dando tiro para o alto, descendo, fazendo arruaça.<sup>35</sup>

O mês de agosto foi fundamental para as reviravoltas que marcaram o desenrolar das investigações sobre o sumiço de Amarildo. Durante este mês, novas instituições emitiram opiniões e cobraram soluções para que o caso fosse solucionado, como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Em paralelo, mudanças importantes ocorreram em posições de comando da Polícia Militar, e PMs foram acusados de participação no crime.. O debate público sobre Amarildo foi reaceso, ainda, pela notícia de que haveria uma divergência entre os delegados titular e adjunto da 15ªDP, Orlando Zaccane e Ruchester Malheiros. Para o segundo, Amarildo teria envolvimento com o tráfico de drogas, hipótese descartada pelo primeiro – momento que considerado como ponto de inflexão no caso, que será melhor trabalhado a seguir.

### 2.3. Amarildo e o tráfico de drogas

O nome de Amarildo foi associado ao tráfico de drogas no dia 2 de agosto pela primeira vez, em matéria das repórteres Adriana Cruz e Maria Inez Magalhães que trazia, com exclusividade, informações de um relatório da Polícia Civil que confirmava o não funcionamento das câmeras de segurança no dia 14 de julho. Havia, ainda, o informe de que dez PMs, entre eles o major Edson Santos, comandante da Rocinha, já haviam prestado depoimento, no qual alegaram que Amarildo fora detido por ter sido confundido com um criminoso conhecido como Guinho e que não estava descartada o envolvimento do pedreiro com o tráfico de drogas<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> FILHO, Aziz; NASCIMENTO, Christina. **Sergio Cabral em nova versão**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-02/sergio-cabral-em-nova-versao.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, Maria Inez; CRUZ, Adriana. **Amarildo: Imagens põem em xeque versão da PM**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-02/amarildo-imagens-poem-em-xeque-versao-da-pm.html>>. Acesso em 24 set 2014.

Nos casos de desaparecimento, o registro de ocorrência deve ser feito em uma delegacia comum, responsável pelas investigações durante 15 dias, tempo em que devem ser feitas as primeiras diligências. Naquele período, contado a partir do dia 16 de julho, fora analisado o GPS das viaturas, a imagem de Amarildo entrando num carro da UPP, foram feitas buscas pelo corpo na mata do Parque Ecológico, na UPP, e, no dia 26 de julho, vem à tona a informação de que as câmeras estão quebradas, como exposto. Transcorrido o prazo regulamentar, o caso foi passado para Divisão de Homicídios (DH), que passa a investigar pelo Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP)<sup>37</sup>, sendo necessário, antes, que a distrital elabore um relatório a ser encaminhado para a análise da especializada.

No curso daquelas investigações preliminares, Zaccone relatou que percebeu “alguns elementos que indicavam a possibilidade da participação de policiais militares no desaparecimento de Amarildo”<sup>38</sup>. Na reportagem que fala da busca pelo corpo de Amarildo num lixão em Seropédica, realizada no dia 09 de agosto<sup>39</sup>, o delegado Ruchester Malheiros, adjunto da 15ª DP e responsável pela condução da *Operação Paz Armada*, aponta pela primeira vez a possibilidade de Amarildo estar envolvido com o tráfico. Ele afirmou que o pedreiro fora flagrado em duas escutas falando com criminosos e que uma testemunha o ouviu ameaçando um morador para quebrar as câmeras da Rocinha. Malheiros pediu ainda a prisão da viúva Elizabete Gomes, que, segundo ele, guardaria armas, impediria abordagens policiais na favela e teria torturado uma testemunha em sua casa.

Zaccone, à época, dissera que a testemunha não estava identificada e nem prestara declarações à polícia. “Não posso corroborar a ideia de que pessoas que moram perto do tráfico de drogas sejam traficantes. Isso é uma técnica usada na ditadura para desqualificar os desaparecidos”<sup>40</sup>.

Quando foi entrevistado por mim, Zaccone disse que, no inquérito instaurado quatro meses antes do desaparecimento de Amarildo, não há nenhuma menção ao seu nome. Na parte do relato que cabia à Malheiros, havia uma série de imprecisões.

---

<sup>37</sup> As DPs têm o prazo regulamentar de 15 dias para investigar e solucionar os casos. Caso não obtenham sucesso, a investigação passa a ser encargo da equipe de cinco policiais civis que compõem o quadro ativo do SDP.

<sup>38</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor, realizada em 21/05/2014.

<sup>39</sup> O DIA. **Faixa com pergunta 'Quem Matou Amarildo?' desaparece de passarela na Rocinha**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-09/faixa-com-pergunta-quem-matou-amarildo-desaparece-de-passeira-na-rocinha.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>40</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor, realizada em 21/05/2014.

Ruchester municiou o inquérito com informações, que diziam que Amarildo e sua esposa seriam do tráfico. Ele nunca me informou nada sobre isso. Quando o relatório chegou às minhas mãos, porque só quem encaminha à Justiça é o delegado titular, percebi muitas imprecisões. Ele dizia que havia escutas onde os traficantes diziam que tinham sumido com Amarildo. E, quando fui checar a transcrição, esse diálogo não existia. Era uma interlocução de fundo, em que se dizia inclusive ter sido a UPP a responsável pelo desaparecimento.<sup>41</sup>

De acordo com Zaccone, o relatório de Malheiros trazia um termo de declaração de um PM infiltrado na organização do tráfico, que dava conta da existência de uma “Elizabete” não identificada, “responsável por prestar serviços ao tráfico”, e “uma outra série de informações passadas por este PM infiltrado que, juridicamente, não serviam como prova de nada”<sup>42</sup>. Ele diz, ainda, que o relatório inicial de Malheiros pedia a prisão de 53 pessoas, tendo ele reduzido para 17, com base nos procedimentos previstos em lei.

O delegado percebeu um esforço de Ruchester Malheiros para construir a ideia de que Amarildo e Elizabete fossem traficantes, a fim de desqualificar a vítima, a força e o clamor pela elucidação de seu paradeiro. Segundo ele, “no caso da identificação da vítima como traficante, o interesse sobre ela desaparece. Essa construção é feita no inquérito. É feita toda uma construção para identificar, no morto, a figura de uma pessoa matável”<sup>43</sup>.

O que pode significar o “ser matável?” Sem pretensão de esgotar a análise, podemos pensar na questão a partir dos três primeiros capítulos da coletânea *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*<sup>44</sup>, que conta com textos do sociólogo Michel Misse. Na publicação, observa-se o esforço em desmistificar a opinião generalizada da sociedade em torno da associação causal entre pobreza e criminalidade. Para o pesquisador, trata-se de uma associação dominante no imaginário da classe média urbana brasileira, que faz a polícia seguir um “roteiro típico”, em que associação à marginalidade e à pobreza é feita de antemão pelas forças policiais, como podemos supor ter sido feito por Malheiros na elaboração de suas hipóteses que, no curso das investigações, e a partir da tomada dos depoimentos dos suspeitos, acabaram não se sustentando.

Segundo Misse, não há relação empírica entre pobreza e crime, sendo esta,

---

<sup>41</sup> Idem

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.



quando evocada, uma mera justificação criminal para imputação de culpa, que dá vazão e é aceita por ser opinião predominante no imaginário social. O autor critica essas ideias com argumentos relativamente simples, porém consistentes: por exemplo, Misse chama atenção para o fato de que a criminalidade não é um fenômeno exclusivo dos mais pobres: todas as classes sociais produzem criminosos. Além disso, ele também menciona motivações estruturantes da sociedade que contribuem para o aumento da violência, especialmente nos centros urbanos, motivações estas que não atingem necessariamente uma classe social em detrimento da outra. Além disso, a refutação da relação supostamente inequívoca entre pobreza e crime passa também pela estatística, já que, cruzando dados sobre criminalidade, Misse não consegue enxergar nenhuma correlação entre crime e pobreza.

A ação de Malheiros também se encaixa na ideia da formação de culpa, e, conseqüentemente, da confissão, pois é esta a principal fonte da “verdade real, crível, estabelecida no âmbito da Justiça”, como indica Vargas (2012). A investigação policial no Brasil, segundo ela, não se restringe ao levantamento de indícios de prova. Se assim fosse, não seria necessária a busca da confissão, nem o emprego da tortura. O que a polícia faz, no caso, é antecipar a formação da culpa.

Assim, na transposição das práticas de investigação para os relatos do inquérito policial, os métodos empregados para decidir sobre o que realmente aconteceu e que foram decisivos para constituir “os fatos” muitas vezes desaparecem. Especialmente se ilegais, estes estarão ausentes dos textos, embora tenham sido fundamentais para a constituição daquilo que possa vir a ser considerado como prova.<sup>45</sup>

No caso Amarildo, esses “métodos que usualmente desaparecem”, se efetivamente tivessem funcionado, poderiam dar um outro impacto para o caso. Indica o delegado Orlando Zaccone:

A investigação não iria parar, mas o impacto seria outro. O grande embate foi: quem era o Amarildo? É uma dúvida que as pessoas têm até hoje. Se ele fosse traficante, os policiais não deveriam estar presos, não deveriam ser condenados. E ainda tem quem diga, que, se ele não era traficante, está ali junto. Esse é o grande problema, e remete ao problema do Brasil.<sup>46</sup>

A “verdade real”, sobre a qual escreveu Vargas, é justamente o que está em disputa no debate travado via imprensa por Ruchester Malheiros e Orlando Zaccone.

---

<sup>45</sup> VARGAS, Joana Domingues. Tortura e Confissão no Brasil de Ontem e Hoje. *Sociologia&antropologia*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p.237-265, fev. 2012.

<sup>46</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor, realizada em 21/05/2014.

Para Michel Foucault, a verdade pode ser determinada por condicionantes políticos e econômicos, mas, sobretudo, possui história e é um produto indissociável do acontecimento, sendo sempre singular e deve-se pensar nela a partir de um contexto. De acordo com o autor, duas “histórias de verdade” são possíveis, uma que é *interna* e diz respeito às ciências, cujas regras são estabelecidas por princípios; e uma história da verdade *externa*, formada em vários lugares, definidas a partir de certo conjunto de regras. É o que ocorre com a verdade definida pelas práticas judiciais, que, em linhas gerais, correspondem à maneira pela qual os homens definiram a forma de seus julgamentos, em função dos erros cometidos e passíveis de punição.

Para Foucault, o inquérito tem importância decisiva como forma característica de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica, com o objetivo de apontar quem fez o que, em quais circunstâncias e em que momento, sendo necessário, para isso, a elaboração de diversas e complexas técnicas. Para discutir tais técnicas, Foucault reexamina a tragédia grega *Édipo-Rei*, de Sófocles, comumente relacionada aos estudos clássicos sobre psicanálise. Neste campo do conhecimento, a história serve como pano de fundo para a explicação de toda uma teoria que versa sobre o desejo e o subconsciente do ser humano. A intenção de Foucault, porém, é de apresentar a fábula como uma história de poder e saber, em que são postas à prova as práticas judiciais gregas, com o objetivo de, ignorando certa verdade estabelecida *a priori*, descobrir uma nova verdade usando outras técnicas. É ali que ele detecta o nascimento do inquérito.

A tentativa de criminalização de Amarildo por parte de Ruchester Malheiros pode problematizada a partir do final *Édipo Rei*, sobre o qual Foucault também tece análises. É decisiva para a narrativa do mito a presença das testemunhas: em resumo, são elas as responsáveis pela tomada de consciência de Édipo, o protagonista do mito, que através delas percebe suas interpretações equivocadas acerca da profecia sobre a qual gira todo o universo da trama. Ele, que misturara as dimensões do poder e do saber para chegar ao reinado da cidade de Tebas, foi reticente até ouvir as testemunhas que revelaram ser ele o filho e assassino de Laio, seu predecessor, revelação esta que faz Jocasta, mãe e esposa de Édipo se suicidar, e faz o então rei cegar-se e deixar a cidade. Num momento de contestação criminal, apenas a presença de alguém capaz de dar um testemunho sobre o que viu à época que fez Édipo tomar tão drástica decisão e, pensando nisso, Foucault indica o nascimento de um novo tipo de conhecimento sobre a verdade: a testemunha pode, afinal, colocar o poder em xeque o poder ou abalar a verdade que já está se constituindo.

Malheiros não conseguiu nada disso, e tampouco pôs o “poder” de Zaccone em xeque ou abalou a verdade que, à época das notícias sobre as rusgas entre os relatórios, já havia começado a aparecer na mídia. Grosso modo, significa dizer que a ideia de que Amarildo era associado ao tráfico se mostrou logo insustentável. Na imprensa, o delegado disse apenas que possuía indícios, sem dar uma prova veemente e firme sobre a associação entre o pedreiro e o crime. Seu relatório logo caiu em descrédito e sumiu das páginas dos jornais, pois as supostas testemunhas torturadas por Elizabete Gomes ou que comprovariam o envolvimento de Amarildo com o traficante Guinho jamais apareceram. No esforço para que sua *verdade*, que concorria com a *verdade* defendida por Zaccone, Malheiros não conseguiu fazer uma oposição consistente ao que já vinha sendo pautado pela mídia e pelas instituições policiais, verificando-se, ao final, como verdadeiro, que fora a participação de PMs no desaparecimento e na morte do pedreiro.

## 2.4. Pressões e outras reviravoltas

No dia 3 de agosto, Maria do Rosário, ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, responsabilizou a PM pelo sumiço do pedreiro. No mesmo dia, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, manifestou opinião análoga a de Sérgio Cabral, defendendo a ideia de que Amarildo, em linhas gerais, seria um caso menor, e não poderia ser este caso capaz de macular o “trabalho de seis anos”, notadamente, o projeto de pacificação iniciado em 2008.

Ela (a PM) não pode abordar um trabalhador, e esse trabalhador desaparecer. Mesmo em comunidades pacificadas, devemos procurar construir uma cultura de polícia que esteja próxima da comunidade. A polícia, nessa história toda, tem que ser o mocinho.<sup>47</sup> (Maria do Rosário)

Não pode ser um fato destes, capaz de macular um trabalho de seis anos, que vem sem dúvida nenhuma mudando índices de criminalidade e mudando as vidas das pessoas deste Estado.<sup>48</sup> (José Mariano Beltrame)

---

<sup>47</sup> MENDES, Priscilla. '**Suspeição' no caso Amarildo é de responsabilidade pública, diz ministra**. Portal G1. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/suspeicao-e-de-responsabilidade-publica-diz-ministra-sobre-amarildo.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

Em setembro de 2013, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos reforçou o pedido para a investigação, na presença de deputados federais do Rio de Janeiro. Naquele mesmo mês, José Eduardo Cardoso determinou que a Advocacia Geral da União estudasse de que forma O Ministério da Justiça e a Polícia Federal poderiam participar do caso, tendo sido cogitado, inclusive, que a investigação do episódio passasse a ser realizada pela Polícia Federal. Índices da especificidade do caso, que contou com o envolvimento de instituições que geralmente não discutem crimes de forma isolada.

<sup>48</sup> Folha de São Paulo. **Cabral e Beltrame reagem às manifestações de ministra contra PM**. Jornal Folha de São Paulo. 2013. Disponível em:

As pressões de outros entes que não necessariamente tinham as mesmas intenções do governo estadual não pararam por aí. O desaparecimento de Amarildo inseriu o tema na agenda de políticos no Rio, por exemplo, que se reuniram para discutir e propor formas de criar um departamento para qualificar e organizar os dados de pessoas desaparecidas<sup>49</sup>.

A classe artística também se mobilizou em torno de Amarildo. No Dia dos Pais, em 11 de agosto, as atrizes Fernanda Paes Leme e Thayla Ayala além da produtora musical Paula Lavigne, participaram de protesto na Rocinha, que também contou com a presença da ONG Anistia Internacional, e do deputado estadual Marcelo Freixo.<sup>50</sup> Em sua coluna no jornal *O Globo*, o cantor e compositor Caetano Veloso também dedicou especial atenção à cobrança de explicações sobre o paradeiro de Amarildo, cujo sumiço estava às vésperas de completar um mês. “Que todo o país pense em Amarildo como o representante do Pai que dá à pátria o nome de pátria”<sup>51</sup>, diz um trecho da crônica escrita por Veloso.

Enquanto artistas e políticos começavam a manifestar cada vez mais a indignação diante do crime, as investigações seguiram, com a realização de diversas diligências para a procura do corpo, inclusive fora da Rocinha. Foi encontrado sangue em um carro da UPP da favela, mas que depois se descobriu não ser de Amarildo. Além disso, foi noticiado no *Jornal Nacional* que houve uma “rota” no desaparecimento: o carro que levou o pedreiro passou também pelo bairro do Caju, na Zona Portuária, pelo Estácio e pelo Leblon, fatos omitidos pelo policial responsável por dirigir o veículo naquele dia<sup>52</sup>.

Os desdobramentos do caso Amarildo provocaram mudanças práticas e imediatas. Ainda em agosto, o coronel Erir Ribeiro, comandante-geral da PM, foi

---

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1321056-cabral-e-beltrame-reagem-as-declaracoes-de-ministra-contr-a-pm.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>49</sup> SRZD.. **CPI do Amarildo: deputado propõe Comissão para investigar desaparecimentos no Rio.** Portal SRZD 2013. Disponível em: <<http://www.sidneyrezende.com/noticia/217845+cpi+do+amarildo+deputado+propoe+comissao+para+investigar+desaparecimentos+no+rio>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>50</sup> CARDOSO, Cristiane. **Ato por Amarildo, desaparecido na Rocinha, reúne parentes e artistas.** Portal G1. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/ato-por-amarildo-desaparecido-na-rocinha-reune-parentes-e-artistas.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>51</sup> VELOSO, Caetano. **Pai.** Jornal O Globo 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/pai-9461101>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>52</sup> O Dia. **Carro da UPP que levou Amarildo rodou 24 horas pelo Rio.** Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-15/carro-da-upp-que-levou-amarildo-rodou-24-horas-pelo-rio.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

exonerado pelo secretário Beltrame após conceder anistia a 450 PMs que tinham punições registradas em seus históricos. Essa, que fora a justificativa oficial, não exclui as críticas feitas por Beltrame por erros na condução da corporação durante os protestos de junho e julho, e retorno da PM de forma negativa ao noticiário por conta do caso Amarildo. “Mudanças fazem parte do processo de gestão e devem ser vistas com naturalidade”, informou o texto oficial da dispensa de Erir.

No final daquele mês, o major Edson Santos foi afastado do comando da UPP da Rocinha, e o comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Frederico Caldas, trocou o comando de diversas unidades no começo do mês seguinte<sup>53</sup>.

Esse clima de instabilidade nas instituições policiais, somado às diversas pressões impostas por outros órgãos de justiça, inclusive federais, além da pressão midiática, tiveram peso no curso das investigações, como indica o delegado Orlando Zaccone.

O delegado sabe que se errar ali, que não seja correto, sabe que vai ser cobrado, sabe que tem diversos olhos sobre ele. A Polícia trabalha com prioridades., principalmente o setor de desaparecimentos da Divisão de Homicídios. Não pode dar a mesma qualificação, pela quantidade de recursos que tem, de homens que tem, para todos os crimes. São todas assim. Você vai dando prioridades dependendo do impacto que aquele crime tem no espaço social, destina mais esforços de investigação. No caso Amarildo houve sim, não tenho dúvida de que houve um comando jurídico para que o caso fosse bem investigado, para um resultado conclusivo.<sup>54</sup>

## 2.5. Quando a tortura vem à tona

Segundo Silva (2010), as UPPs são, pelo menos no âmbito retórico, o “resultado invertido da truculência retórica que exagerava na retórica da violência, deslocando o eixo para pacificação”<sup>55</sup>. Por ser um novo e mais bem acabado modelo de polícia comunitária e de proximidade, as operações policiais de guerra nas favelas dotadas de UPPs deveriam ser apenas um resquício de um passado recente, porém sepultado. Não foi o que aconteceu na Rocinha, em 2013.

---

<sup>53</sup> O Dia. **Major Edson Santos deixa comando da UPP da Rocinha**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-28/major-edson-santos-deixa-comando-da-upp-da-rocinha.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>54</sup> Trecho de entrevista realizada em 21/05/2014

<sup>55</sup> SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Afinal, qual é a das UPPs?** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, p.1-7, mar. 2010. Disponível em [http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)

No dia 02 de setembro, o repórter João Antonio Barros, do *Dia*, revelou que o major Edson Santos havia montado uma “tropa de elite” para auxiliá-lo no combate ao tráfico de drogas na favela. A tropa era formada por 20 homens, que saíram das fileiras do Batalhão de Operações Especiais (Bope), e que inclusive distinguiam-se dos outros policiais através da cor de seus uniformes: os PMs “comuns da UPP usavam uniforme azul, enquanto os membros da tropa de elite vestiam roupas de cor preta. A reportagem revela ainda que este grupo se reuniu para missão secreta no dia 14 de julho – dia do sumiço de Amarildo – para encontrar as armas deixadas pelo traficante Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, preso antes da ocupação pela PM. Os homens de confiança de Edson Santos agiam sempre à noite, o que provocou um aumento no número de agressões à moradores e a usuários de drogas.<sup>56</sup>

A operação deflagrada em 14 de julho, porém, era ilegal, pois a Justiça autorizara apenas mandados de prisão para 58 pessoas, e não de busca e apreensão. Sendo assim, a varredura feita em casas da comunidade para encontrar armas, foi realizada à revelia do estabelecido pelo processo.<sup>57</sup>

No meio do mês de setembro, o major Edson Santos já não era mais comandante da UPP da Rocinha. Mesmo assim, seu nome voltou a ficar em xeque no dia 14, quando veio à tona a notícia de que, por sua pressão, duas testemunhas mentiram na promotoria do Ministério Público, responsável pela investigação junto à Auditoria da Justiça Militar. Segundo as testemunhas, Santos lhes ajudaria financeiramente se elas mentissem em seus depoimentos, compactuando com o seu: a ideia era contar às autoridades que Amarildo tinha sido morto por um traficante chamado Catatau. À época, a Polícia Militar já havia iniciado a apuração das acusações<sup>58</sup>.

Ainda no mesmo mês, enquanto Anderson Gomes, filho de Amarildo, dava seus primeiros passos na carreira de modelo<sup>59</sup>, e mais buscas pelo corpo do pedreiro eram realizadas em diversas partes do estado, o cerco começara a se fechar sobre os PMs

---

<sup>56</sup> BARROS, João Antonio. **Tropa de Elite fez operação no dia do sumiço de Amarildo**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-02/amarildo-tropa-de-elite-fez-operacao-no-dia-do-sumico.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>57</sup> BARROS, João Antonio; MAGALHÃES, Maria Inez. **Operação na Rocinha foi secreta e sem amparo legal**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-03/operacao-na-rocinha-foi-secreta-e-sem-amparo-legal.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>58</sup> CRUZ, Adriana; CUNHA, Vania. **Caso Amarildo: testemunha compromete major da PM**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-14/caso-amarildo-testemunha-compromete-major-da-pm.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>59</sup> O Dia. **Filho de Amarildo e o futuro nas passarelas**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-17/filho-de-amarildo-e-o-futuro-nas-passelas.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

pelas investigações como suspeitos de terem cometido o crime. Vieram à tona denúncias da participação de policiais da tropa de choque de Edson Santos em sessões de tortura que envolviam ameaças, espancamentos e choques elétricos – denúncias às quais o comando-geral da PM já tinha conhecimento desde maio, dois meses antes do desaparecimento de Amarildo ter ganho repercussão em todo país.

No dia 1 de outubro, a Divisão de Homicídios da Polícia Civil indiciou 10 PMs por tortura e morte seguida de ocultação de cadáver: o major Edson Santos, tenente Luiz Felipe de Medeiros, tenente Jairo da Conceição Ribas, os soldados Douglas Roberto Vital Machado, Marlon Campos Reis, Jorge Luiz Gonçalves Coelho, Vitor Vinicius Pereira da Silva, Anderson Cesar Soares Maia, Rodrigo Wanderley da Silva, Fabio Brasil da Rocha Graça. Todos eles integravam a UPP da Rocinha e foram acusados de participação no assassinato de Amarildo<sup>60</sup>, com a prisão preventiva requisitada pela Polícia Civil.

Coube ao promotor Homero Freitas, do Ministério Público, a responsabilidade de levar a denúncia à Justiça. Em suas primeiras declarações sobre o caso, ele indicou que Amarildo não tinha ligação com o tráfico, “mas tinha conhecimento das coisas que aconteciam no morro, e por isso poderia informar onde estariam drogas e armas”<sup>61</sup>. À época, ainda não era claro se Amarildo havia sido torturado, como depois se verificou ser verdade. “Não existe prova direta da tortura do Amarildo, mas há provas indiciárias de depoimentos de testemunhas que dizem ser hábito a prática de tortura na UPP com choque, saco na cabeça e pancadaria”, indicou Homero Freitas.

O discurso de Homero mudou no dia 04 de outubro, quando os PMs denunciados foram presos. Ali, ele reconheceu que Amarildo havia sido torturado e que a prática era comum na unidade comandada pelo major Edson Santos. “O herói nacional é o personagem capitão Nascimento, que ensina a colocar saco na cabeça dos outros. Precisamos acabar com este modelo distorcido de polícia”<sup>62</sup>, declarou.

A prisão dos acusados não acabou com as reviravoltas do caso, que seguem

---

<sup>60</sup> O Dia. **Amarildo: dez PMs indiciados. Policiais da UPP vão responder por crime de tortura e morte seguida de ocultação de cadáver.** 2013. Disponível em: <<http://www.agenciaodia.ig.com.br/geral/2013-10-01/Amarildo-dez-PMs-indiciados-0210Policiais-da-UPP-vo-responder-por-crime-de-tortura-e-morte-seguida-de-ocultao-de-cadaverD-1007146>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>61</sup> CRUZ, Adriana. **Informante de PM levou à tortura e morte de pedreiro.** Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-10-03/informante-de-pm-levou-a-tortura-e-morte-de-pedreiro.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>62</sup> CRUZ, Adriana; CUNHA, Vania. **PMs acusados de matar Amarildo vão pra cela.** 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-10-05/pms-acusados-de-matar-amarildo-vaopara-a-cela.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

acontecendo ainda hoje. Como este trabalho se limita aos acontecimentos até o mês de outubro, cabe mencionar, por exemplo que foi descoberto mais uma omissão do major Edson Santos no curso das investigações: no dia 14 de julho, quando Amarildo desapareceu, o carro do major entrou e saiu quatro vezes da Rocinha. Em depoimento, Santos indicara que tinha ido apenas em direção a 15ª DP e voltado. Na mesma época, um leilão organizado por Caetano Veloso e outros artistas arrecadou R\$ 50 mil para que a família de Amarildo pudesse comprar uma casa nova, e a Divisão de Homicídios começou a investigar um novo desaparecimento de um morador na Rocinha.

Numa terça-feira, 15 de outubro, o Brasil tomou conhecimento do destino trágico de Amarildo em matéria do jornal *O Dia*, assinada pelas repórteres Adriana Cruz e Maria Inez Magalhães. No texto, são revelados os detalhes da tortura a qual o pedreiro foi submetido após ser levado para sede da UPP da Rocinha no dia 14 de julho, contados por um policial da mesma unidade. Para executar a tortura, o então subcomandante da UPP Rocinha, tenente Luiz Felipe de Medeiros, ordenou que os homens que não eram de sua confiança ficassem ‘trancados’ dentro da sede da unidade. Enquanto isso, do lado de fora, Amarildo foi submetido a uma sessão de choques elétricos e socos, além de ser asfixiado com um saco em sua cabeça, numa sessão de tortura que durou cerca de 40 minutos<sup>63</sup>.

Amarildo, que era epilético, acabou desfalecendo e teve seu corpo levado para mata, arrastado por outros cinco policiais. Seus restos mortais jamais foram encontrados.

---

<sup>63</sup> CRUZ, Adriana; MAGALHÃES, Maria Inez. **PM detalha tortura e assassinato de Amarildo**. Jornal O Dia. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-10-15/pm-detalha-tortura-e-assassinato-de-amarildo.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.



### 3. HIPÓTESES PARA UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA A PARTIR DO CASO AMARILDO

#### 3.1. Iniciando a discussão

No primeiro capítulo, a tarefa do presente trabalho foi a de apresentar ao leitor de que forma o caso Amarildo se desdobrou no curso dos quatro meses definidos como foco para análise. Nesta seção, usaremos este caso como índice para pensar em novos paradigmas para a atividade jornalística no século XXI. Tendo como foco a produção de reportagens do jornal *O Dia* entre julho e outubro, traçaremos hipóteses para pensar em como o desaparecimento de um pedreiro, na favela da Rocinha, pode servir para pensar em ressignificações possíveis para as relações mídia/emissor *versus* indivíduos/receptores. Com este fim, será necessário analisar este caso numa perspectiva histórica, para traçar possíveis linhas explicativas sobre o porquê deste se tornar um evento específico aos olhos da opinião pública, portanto merecedor de atenção do referido jornal.

Recorrendo, mais uma vez, a cronologia dos acontecimentos, desta vez com olhar menos detido aos fatos, e sim à forma usada pelo jornal *O Dia* para contá-lo, tentarei demonstrar que o caso Amarildo coloca em xeque a teoria do *agenda setting*: esta, que em certo sentido é a “vencedora” em algumas análises de senso comum sobre as relações entre mídia, imprensa e sociedade. Depois de sua apresentação, discutirei de que forma as reportagens sobre Amarildo foram produzidas: o que evidenciaram, quais os recursos mais utilizados pelo periódico, e que imagem do pedreiro foi veiculada. Uma entrevista, realizada com o editor-executivo do *Dia*, Alexandre Medeiros<sup>64</sup>, foi realizada para auxiliar no entendimento do direcionamento da cobertura do caso.

Em artigo publicado na revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Figueiredo (2007) indica que, desde a década de 1990, os estudos sobre comunicação deixaram de lado as análises que relacionam, exclusivamente, as formas de comunicação de massas e seus serviços prestados às classes dominantes, para, em seu lugar, passar a pensar em uma perspectiva democrática para essas relações. Segundo ela, esse deslocamento é fruto, em parte, do sucesso e da

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada pelo autor, em 10 de novembro de 2014.

alta penetração das novas mídias, principalmente o advento da Internet e, mais recentemente, das mídias móveis, como os celulares. Ela chama atenção, porém, para um risco importante: tratar da comunicação contemporânea como algo estritamente democrático, a Web como espaço cibernético onde todas as iniciativas de mídia têm o mesmo peso, é fechar os olhos para a existência, como antes da década de 1990, de grandes conglomerados de mídia. Estes se mantêm hegemônicos, e seguem transmitindo seus conteúdos de acordo com seu interesse e o controle que fazem sobre a informação.

A literatura sobre esta temática é vasta e permite diversas abordagens: Adorno, Althusser, Horkheimer e Bourdieu, para ficar em apenas alguns autores, discutiram as relações entre Estado, sociedade, mídia e hegemonia por diferentes vieses. Ainda que não tenha refletido especificamente sobre comunicação, Foucault é bastante lembrado em trabalhos acadêmicos sobre jornalismo, especialmente suas noções sobre discurso. Para ele, *discurso* é um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação de palavras proferidas por um autor. Isto o leva a afirmar que os vocábulos mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra e, por isso, é preciso descrever como estes enunciados constroem objetos, que estão condicionados às suas raízes históricas. Tudo isso é parte de um esforço para interrogar a linguagem sobre o que fora efetivamente dito, sem a intenção de realizar interpretações reveladores de verdades e sentidos ocultos.

Castells (2013) pensa de outra forma nas relações entre Estado, mídia e sociedade: segundo ele, nossa sociedade contemporânea está em *rede*: as formas de poder são multidimensionais e se organizam em rede, em cada domínio da atividade humana (política, cultura, finanças), de acordo com valores de atores habilitados para tal fim de organização. Para que esse poder das redes seja exercido, é necessário que haja influência sobre as pessoas, a qual só poderá ser exercida mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Seu ponto central é que o século XXI trouxe uma novidade no seio da organização desta sociedade em rede: enquanto na era da comunicação de massa os indivíduos mantêm-se isolados na posição de receptores, portanto impossibilitados de agir em conjunto, nas redes os papéis se tornam mais versáteis e mutáveis.

A mudança fundamental ocorrida no domínio da comunicação, segundo ele, foi a emergência da chamada “autocomunicação”, que consiste no uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. O paradigma atual, segundo

ele, diz respeito à decisão autônoma de um grupo maior de indivíduos sobre a produção de mensagens: esta é feita de forma individual pelo remetente, que direciona aos seus receptores. Estes, por sua vez, são os responsáveis pela recepção das mensagens.

É com base neste argumento que Castells se propõe a elaborar hipóteses explicativas para a emergência de movimentos sociais iniciados em 2011 por todo o mundo, em locais como nos países onde eclodiu a chamada *Primavera Árabe*<sup>65</sup>, alguns locais na Europa, Estados Unidos e, em 2013, no Brasil. O que une tais movimentos, segundo ele, é o fato de eles terem se espalhado pelo “mundo ligado pela internet sem fio, caracterizado pela difusão rápida, viral de imagens e ideias”.

A partir da investigação que Castells faz sobre os movimentos sociais da sociedade em rede, elaborei hipóteses para mostrar um viés possível para analisar o caso Amarildo. As novas tecnologias da qual o autor fala, e as quais mostra como fundamentais na realização destas mobilizações sociais do século XXI, trouxeram consigo a potencialização da interatividade, da disponibilidade de fontes e desequilibraram o esquema habitual “mídia/emissor – indivíduo/receptor”. Essas novas tecnologias alteraram percepções de mundo, relações sociais e compartimentos, fazendo emergir desafios aptos a alterarem as práticas dos profissionais de comunicação. Discutirei isto durante a abordagem do tratamento dispensado pelo jornal *O Dia* ao caso.

É nesse cenário profundamente afetado pelas novas tecnologias que ocorreu o desaparecimento de Amarildo. Como vimos no primeiro capítulo, este episódio mobilizou uma série de discursos de autoridades, como o governador Sérgio Cabral, seu secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, membros do governo federal, e até celebridades como o cantor e compositor Caetano Veloso. Esse trabalho não se pretende definitivo, mas se pergunta sobre o porquê deste caso ter assumido tanto clamor: agora, a intenção é elaborar hipóteses para entender o papel das redes sociais

---

<sup>65</sup> O termo foi cunhado na esteira das rebeliões realizadas em diversos países do mundo árabe em 2011. Para Castells (2013), estes eventos ocorreram após as “revoluções tunisiana e egípcia, na Argélia, Líbano, Mauritânia, Omã, Iêmen, Kuwait, Marrocos, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Sudão e Emirados Árabes Unidos. Esses vários movimentos surgiram de causas específicas a cada país e evoluíram de acordo com as condições de seus contextos e das idiossincrasias de cada revolta, seguindo um mesmo modelo: convocações pela Internet, constituição de redes no ciberespaço e apelos pela ocupação do espaço urbano para pressionar o governo”. (pp.73 – 74). No caso dos EUA, o autor trata do movimento Occupy Wall Street, protesto contra a desigualdade econômica, social e na distribuição de renda nos Estados Unidos, surgido em 2011. No caso europeu, os alvos de seus estudos são, principalmente, os “Indignados”, surgido na Espanha. O que ocorreu no Brasil é alvo de poucas páginas de sua obra, e, por isso, este trabalho problematiza com o auxílio de outras fontes o que ocorreu no país e no Rio de Janeiro em 2013.

neste episódio e sua influência sobre a cobertura deste a partir do jornal *O Dia*.

Em artigo publicado na revista *Conhecimento Prático: Filosofia*, o professor de comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Tiago Eloy Zaidan<sup>66</sup>, indica que o caso Amarildo pode ser considerado um “agendamento inverso” propiciado pelas novas tecnologias que afetaram o campo da comunicação. Com esta definição, o professor relembra o conceito de *agenda-setting*, sobre o qual se assentam muitas das visões de senso comum sobre as atribuições da imprensa e sua relação com o público e a sociedade. Em linhas gerais, esta hipótese trata da influência da mídia sobre os assuntos discutidos pelas pessoas. Para o professor, o clamor *online* feito pelas redes sociais sobre o caso tem relação com a centralidade assumida pelo mesmo. Comprovar empiricamente este ponto é um desafio maior do que este trabalho se propõe, mas aceitamos ele como provocação: a partir da hipótese do *agenda-setting*, discutiremos se o caso Amarildo provocou uma “reviravolta” também na cobertura da imprensa.

### 3.1. A hipótese do *agenda-setting*

O estudo do impacto dos meios de comunicação sobre a sociedade tem um longo percurso histórico, e produziu diversas metodologias, possibilitando variadas abordagens. A hipótese do *agenda-setting* surgiu nos anos 1970, mas não foi o primeiro esforço em tentar dar conta desta relação, vista na maioria das vezes como desigual, graças à influência da mídia em “pautar” sobre o quê e como os assuntos devem ser pensados pela sociedade.

Saperas (2007) estudou os efeitos cognitivos da comunicação de massas numa perspectiva histórica, e apontou para pelo menos duas obras antes da consolidação do *agenda setting* como hipótese. Uma é a de Walter Lippman, que, em 1920, apontou para o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para os temas de maior interesses coletivo. Ele reflete sobre a forma usada pelas pessoas para conhecer o mundo exterior e sua própria existência, sendo os meios de comunicação responsáveis em alguma parte do processo de modelagem, organização e seleção dos símbolos que apreendemos do mundo real.

Já o sociólogo Robert E. Park, um dos primeiros membros da chamada Escola de Chicago, referência nos estudos sobre sociologia urbana, escreveu, em 1925, sobre o

---

<sup>66</sup> ZAIDAN, Tiago Eloy. **A Revolução das Novas Mídias**. Conhecimento Prático: Filosofia, São Paulo, n. 48, p.58-62, fev. 2014. Mensal.

poder dos *media* “para o estabelecimento de uma determinada ordem de preferências na capacidade de discriminação e nos temas presentes na imprensa, no quadro da nova sociedade industrial, urbana e massiva”<sup>67</sup>. A capacidade dos meios de comunicação em definir os temas sobre os quais discutem as sociedades também foi objeto de atenção da ciência política. Na década de 1960, Bernard Cohen escreveu que “na maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão de pensar; mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores sobre o que hão de pensar”<sup>68</sup>.

Nas palavras deste cientista político, que aparecem com forma de “conclusão” está a base onde se debruçaram Maxwell Mc Combs e Donald Shaw, os pioneiros na apresentação da hipótese do agendamento. Eles confirmaram que a mídia tem a capacidade de influenciar a forma por meio da qual os acontecimentos se projetam na opinião pública, num ambiente fabricado e moldado pelos meios de comunicação. No estudo, intitulado *The Agenda-Setting Function of Mass Media* esses autores escreveram sobre a relação entre a ênfase manifestada no tratamento de um tema por parte dos veículos de mídia, e as prioridades temáticas indicadas pelos membros de uma determinada audiência após terem acesso aos temas escolhidos como prioridade. Logicamente, eles inferiram que quanto maior for a ênfase da mídia sobre um tema, maior será o engajamento das pessoas sobre este, e que os meios de comunicação realizam mediação sobre os conteúdos que divulgam, e acabam interferindo sobre a opinião pública.

De modo geral, os esforços de Shaw e McCombs apresentaram a mídia como com um agente de modificação da realidade social, que aponta para o público sobre o quê se deve estar informado, uma outra forma de exercício de poder dos meios de comunicação sobre a sociedade. O estudo que possibilitou essas conclusões investigou a atuação de alguns veículos de mídia durante a campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos, combinada com a medição do que os eleitores da área de Chapel Hill pensaram ser as questões chaves da campanha. Com isso, os autores analisaram se as ideias que os aptos a votar julgavam como temas mais relevantes respondiam, em algum sentido, àquilo que era posto pela cobertura jornalística dos meios de comunicação. Nesse estudo, os autores definiram os seguintes conteúdos como mais importantes:

---

<sup>67</sup> SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas**: As recentes investigações em torno dos eleitos da comunicação de massas (1970 - 1986). São Paulo: Edições Asa, 1997.

<sup>68</sup> COHEN, Bernard *apud* SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas**: As recentes investigações em torno dos eleitos da comunicação de massas (1970 - 1986). São Paulo: Edições Asa, 1997.

- I) Para televisão: notícias de 45 segundos ou mais;
- II) Jornais: notícias que surgissem como manchete na primeira página ou em qualquer página sob um cabeçalho a três colunas, em que pelo menos um terço da notícia fosse dedicado às eleições
- III) Revistas informativas: notícia com mais de uma coluna na página
- IV) Cobertura da página editorial dos jornais: qualquer item na posição do editorial principal (canto superior esquerdo da página editorial).<sup>69</sup>

Depois de analisar todo esse material durante os meses de campanha eleitoral, McCombs e Shaw concluíram que

o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos diversos órgãos de informação. Contudo, as provas deste estudo, de que os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos *media* sobre o que é importante, sugerem fortemente a sua função de agendamento<sup>70</sup>

Brum (2003) relata que, apesar de terem inaugurado a hipótese, Shaw e McCombs desenvolveram, juntos, apenas mais um estudo usando a metodologia explicada acima. Em 1972, eles realizaram o *Charlotte Study*, usando a mesma metodologia que foi exposta acima, porém com amostra mais abrangente e analisando sucessivos momentos da campanha presidencial, com o objetivo de perceber e medir as agendas do público em momentos diferentes. Deste estudo emergiu uma novidade: a de que conversa interpessoal também tem influência no agendamento dos temas discutidos no cotidiano.

Esses autores inauguraram um campo nos estudos de comunicação, que passou a receber contribuições de diversos autores, responsáveis por aprofundar as ideias de McCombs e Shaw. Brum (2003) lembra essas contribuições, e indica que o processo de agendamento deve ser descrito como um processo interativo, sendo também possível que o público influencie na mídia. Esta via é possível, porém se dá de forma gradual, depois que são analisados critérios de noticiabilidade, enquanto a influência da agenda estabelecida pela mídia sobre o público se dá de forma direta e imediata, “especialmente quando envolve questões em que o público não tem influência direta”. Esses novos estudos apontaram para uma nova característica – a imposição do agendamento – que deve ser entendida a partir da tematização proposta pelos meios de

---

<sup>69</sup> BRUM, Juliana de. **A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas**. Razón y Palabra, México, v. 35, n. 35, p.1-21, maio 2003.

<sup>70</sup> MCCOMBS, Marshall, SHAW, Donald *apud* BRUM, Juliana de. **A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas**. Razón y Palabra, México, v. 35, n. 35, p 5, maio 2003.

comunicação em massa, ou *ordem do dia*, assuntos propostos pela mídia que se tornarão objeto das conversas das pessoas, de forma hierarquizada pela agenda da mídia.

Outro ponto chave diz respeito às pessoas: a agenda da mídia tem maior efeito nas pessoas que precisam estar em conversas de questões levantadas pelos meios de comunicação do que no caso de pessoas que não possuem conexão alguma com o assunto tratado. A conclusão pode parecer óbvia, mas, segundo McCombs (1977), é resultado de dois fatores fundamentais, e que servem para por em perspectiva, até hoje, os efeitos da prática jornalística: as pessoas apresentam alto nível de interesse e alto grau de incerteza sob alguns assuntos, o que acarreta em efeitos de agendamento diferentes. Estudo posterior irá classificar esses níveis diferentes em *questões não envolventes*, que estão mais distantes das pessoas, que elas não têm experiência direta, e *questões envolventes*, as quais as pessoas podem mobilizar sua experiência direta. Neste percurso, Brum (2003) também chama atenção para contribuição de autores brasileiros à hipótese do *agenda-setting*, que refletiram sobre esta temática e desenvolveram alguns conceitos, os qual elaboraremos na seção seguinte deste trabalho.

Por hora, é importante concluir esta parte dedicada a uma revisão histórica e uma apresentação da hipótese do agendamento indicando que aquilo que fora desenvolvido por McCombs e Shaw também apresenta problemas. O primeiro deles, aponta Barros Filho (2001), um dos primeiros problemas diz respeito às durações dos estudos, se devem ser feitos em prazos curtos ou prazos longos. Além disso, o autor critica dificuldades conceituais na definição do que é agendamento, e aponta a pouca diversidade de temas estudados pelos que tentam a comprovação desta hipótese. Sendo assim, vale lembrar que a hipótese apresentada aqui não é a única linha de investigação possível para estudar as relações de mídia e sociedade. Estão em voga hoje, por exemplo, os chamados Estudos de Recepção, cujo foco é o entendimento que se faz a partir do que é veiculado na mídia. Numa perspectiva etnográfica, tais estudos tiveram origem na mesma década de 1970, e se pautam metodologicamente em entrevistas em profundidade e observação participante, técnicas de pesquisa usadas principalmente na Antropologia. Mesmo assim, o objetivo deste trabalho não é o de definir qual método é o mais eficaz para pensar no caso Amarildo, mas elaborar possíveis formas de abordar este episódio. Assim, após apresentar a teoria, a parte seguinte do trabalho irá problematizar alguns dos conceitos do agendamento ao contexto histórico do caso Amarildo e à multiplicidade de significados que este assumiu.

### 3.2. O desaparecimento de Amarildo: do contexto às redes sociais

Como vimos brevemente na abertura deste capítulo, Castells (2013) acredita que a Internet e as redes sociais foram determinantes para o recrudescimento de jornadas de mobilização popular em todo mundo, a partir de 2011, inclusive no Brasil. O que esta seção pretende é, tendo isto em mente, recordar algumas das formas de clamor pela elucidação do desaparecimento de Amarildo realizada nas redes sociais; na sequência, apresentaremos algumas possibilidades investigativas sobre o caso elaboradas a partir da análise das matérias publicadas pelo jornal *O Dia*.

Antes da análise de algumas das imagens que foram veiculadas na Internet, principalmente no Twitter e Facebook, faz-se necessária uma discussão sobre o contexto em que o caso ocorreu.

Os protestos que levaram milhões de pessoas em todo o Brasil às ruas em 2013 – principalmente a partir do mês de junho – produziram efeitos sobre a realidade do país e, completado o primeiro "aniversário" daqueles eventos, ainda mobilizam discursos sobre o tema. À época e agora, os estudos sobre o significado daquelas manifestações populares ainda tinham caráter inicial, e a disputa pelos discursos sobre estas ainda está sendo travada. Lançado na esteira daqueles embates urbanos que mobilizaram uma parcela do país, o livro *Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil*, da editora Boitempo, é uma coletânea de 19 textos de cientistas sociais<sup>71</sup> que, por diferentes vieses e referenciais, buscaram refletir sobre aqueles dias. Foi no clima de insatisfação generalizada que tomou conta do Brasil naquele mês, repletos de “momentos críticos”, nos termos de Boltanski, que o desaparecimento de Amarildo ocorreu, menos de um mês depois do auge daquelas jornadas. Considero que entender esse contexto é parte fundamental para entender como surge este Amarildo “bandeira de manifestações” e de que forma o lugar do caso na história ajuda a compreender sua especificidade.

Em um dos artigos deste livro que Carlos Vainer usa uma metáfora para explicar o que aconteceu nas cidades brasileiras: naquele junho, “a fagulha incendiou a pradaria”<sup>72</sup>. A fagulha, para Vainer, seria a insatisfação geral com os transportes e a mobilidade urbana, influenciada por um aumento, que se espalhou de forma quase

---

71 ROLNIK, Raquel; MPL – SÃO PAULO, MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

72 VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: VAINER, Carlos *et al.* *Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 35-41.



nacional, dos preços das passagens de ônibus. A pradaria que aguardava apenas uma centelha de chama para pegar fogo, na verdade, eram as condições dos serviços públicos nas grandes cidades brasileiras. Em provocativo artigo na mesma coletânea<sup>73</sup>, a urbanista Ermínia Maricato demonstra de que forma se deu o esfacelamento da questão urbana no Brasil, aponta avanços obtidos em alguns pontos estruturantes na última década, mas deixa claro que o fato de a desigualdade social persistir em setores como educação e saúde foi constitutivo do “incêndio” sobre o qual Vainer faz menção.

A onda de manifestações nacionais começou com uma pauta específica: a questão dos transportes e da mobilidade, onde, segundo Maricato (2013), “a desigualdade existente na cidade se traduz de forma mais enfática”<sup>74</sup>. Em maio<sup>75</sup>, o Movimento Passe Livre (MPL) começou a organizar suas ações em São Paulo por conta de um iminente aumento da tarifa. No Rio, o preço das passagens aumentou no dia 1º de junho, e no dia 03 foi realizado o primeiro protesto. Em 17 de junho, 100 mil pessoas foram às ruas no Rio para exigir a revogação do aumento de R\$0,20 sobre o valor cobrado nos coletivos.

A revogação do aumento das passagens de ônibus, feita pelos governos municipais diante da insatisfação generalizada, fez a questão dos transportes perder protagonismo, à medida que surgiam outras demandas, progressivamente foram incorporadas às pautas dos manifestantes. Difusas e sem um comando ou direcionamento específico, as manifestações permitiam a incorporação de interesses, expresso, sobretudo, nos mais diversos cartazes, que procuravam expressar que a questão tarifária não era o único motivo para que aquela grande massa de pessoas estivesse nas ruas. Escrever que as manifestações eram convocadas e as pessoas iam às ruas “não apenas por vinte centavos” acabou por diluir-se em expressões dispersas de descontentamento com a política em geral, perdendo o foco de reivindicações concretas, como até então eram as que exigiam a redução ou revogação do aumento sofrido pelas passagens de ônibus.

Desta forma, é possível a análise do jornalista Edgard Murano, em ensaio

---

73 MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-27.

74 Idem

75 As datas deste trecho do trabalho têm como base este infográfico, produzido pelo portal de notícias G1 naquele ano, disponível em < <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. > Acesso em jul, set e out.

intitulado “Linguagem dos Protestos”<sup>76</sup>.

Páginas e blogs foram criados ironizando uma certa classe média que, no embalo dos movimentos guiados por pautas bem definidas, ganhou as ruas sem saber direito o porquê, confundindo ativismo com micareta. Parte dos manifestantes, que àquela altura formavam um todo cada vez mais heterogêneo, atacava o governo, com palavras de ordem pedindo a renúncia da presidenta, o fim da corrupção, entre outras reivindicações “etéreas” (MURANO, Edgard. A linguagem dos protestos. 2013)

Já Carlos Vainer acredita que junho de 2013 contribuiu para unificar as lutas urbanas que jaziam diferenciadas, fragmentadas e espalhadas no tecido social. Ele crê que este fora um movimento bastante específico daquela conjuntura, e que era ansiado por todos os “engajados” nas mais diversas pautas de reivindicação. Ele resume

“O que provocou essa unidade que tantos desejaram e outros tantos procuraram evitar foram, em termos imediatos e conjunturais, a arrogância e a brutalidade dos detentores do poder. Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios. Não é a primeira vez que acontece na história. Aconteceu agora, entre nós”<sup>77</sup>

Se o que uniu as manifestações pelo Brasil foi o aumento do preço das passagens de ônibus, num primeiro momento, coube à violência o papel de unificar a indignação, se não num segundo momento, num movimento realizado em paralelo aos protestos por melhorias na mobilidade urbana. No começo das jornadas, a presença policial era exigida para coibir atos de vandalismo. Entretanto, a escalada da violência praticada pela PM, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas com episódios significativos noutros pontos do país, fez com que essa posição fosse revista, como chegou a admitir o jornal *Folha de São Paulo*<sup>78</sup> neste ano. A estratégia de contenção daquelas manifestações precisava ser revista. No dia 14 de junho, a repórter do jornal *Folha de São Paulo* Giuliana Vallone foi atingida por um tiro de bala de borracha

---

76 MURANO, Edgard. A linguagem dos protestos, 2013. Disponível <http://revistalingua.uol.com.br/textos/94/a-linguagem-dos-protestos-293651-1.asp>

77 VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 35-41.

78 Um bom resumo das mudanças de posicionamento da Folha de São Paulo a cerca das manifestações está na reportagem sobre *Junho*, filme feito pelo jornal sobre os desdobramentos dos protestos daquele mês. FOLHA DE SÃO PAULO. **Filme Junho leva ao cinema os protestos de 2013 no país**. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/06/1462506-filme-junho-leva-ao-cinema-os-protestos-de-2013-no-pais.shtml>> Acesso em 13 out 2014.

quando cobria uma manifestação<sup>79</sup>. O caso repercutiu imensamente nos grandes veículos de comunicação do país que, de forma geral, se indignaram ante o ferimento da jovem jornalista. A violência policial teve ali um ponto de inflexão em seu processo de incorporação às pautas dos manifestantes.

Nove dias depois, no dia 25 de junho, 13 pessoas morreram após uma operação policial realizada numa das maiores comunidades do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré, porém sem jamais alcançar a mesma repercussão<sup>80</sup>. Mas o debate sobre a violência policial já estava posto, e a violência policial sentida nas ruas pelos manifestantes – não pelos moradores de favela – passou a ser objeto de questionamento da sociedade. A diferença, entretanto, estava no tratamento dado aos episódios. A bala de borracha que atingiu a repórter da *Folha* foi muito mais sentida pela sociedade do que as de verdade, responsáveis por tirar a vida de 13 pessoas na favela da Maré.

“Obedecendo à lógica ancestral de desenvolvimento e refletindo o alinhamento político dos pobres do processo, a segregação urbana é hoje bem visível em termos de uma cisão/articulação entre estado de direito e estado de sítio – a suspensão do estado de direito em nome da defesa do estado de direito. Nas representações vigentes, do lado dos pobres, a violência do Estado – sobretudo na chave do combate ao tráfico de drogas – aparece como pré-requisito indispensável para uma “ação social” que historicamente nunca se realizou, e hoje tem menos motivos do que nunca para tal. Já na cidade dos “cidadãos de bem”, impera uma política de paranoite concreta, de modo que quase se poderia dizer que é difícil saber quem está sitiado, exceto pelo fato de que as mortes em massa por homicídio no Brasil estão marcadas por uma clara seletividade econômico, étnico espacial. Trata-se de mortes que fazem parte do funcionamento cotidiano do regime democrático em voga no país, promovendo um tipo de desmantelamento conceitual que – vale lembrar – não é prerrogativa da periferia do capitalismo”<sup>81</sup>

É dentro desse contexto que ocorre o desaparecimento de Amarildo, às 19h45 do dia 14 de julho de 2013. O caso ocorre após as manifestações que colocaram milhões nas ruas, mas num contexto em que “a pradaria ainda pegava fogo”. No dia 17 de julho, um dia depois do registro de ocorrência do desaparecimento dele ter sido feito, foi realizada uma manifestação à tarde, quando o pedreiro ainda era, para imprensa, apenas um “morador da Rocinha desaparecido após ser revistado por policiais da UPP da

---

79 BALOGGH, Giovana. **Repórter da Folha ferida no olho volta a enxergar**. Folha de São Paulo, 2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml>> Acesso em 01 out 2014.

80 OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Ação violenta da polícia chega a 13 mortos na Maré**. Observatório de Favelas, 2013. Disponível em < <http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/acao-violenta-da-policia-chega-a-13-mortos-na-mare>> Acesso em 13 out 2014.

81 BRITO, Felipe. Territórios Transversais. In BRITO, Felipe et al. *Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.65 – 71.

comunidade" À época, dezenas de manifestantes haviam montado acampamento na porta da casa do governador Sérgio Cabral, no Leblon, para onde se dirigiram os que desejavam saber o paradeiro de Amarildo no dia 17.

A conjuntura daquele momento contribuiu para a incorporação de Amarildo às pautas das ruas, e ajudou a fazer com que seu nome virasse referência nos discursos contra a violência policial. O delegado Orlando Zaccone confere especial atenção para esta passagem.

[A conjuntura da época] Era interessante para os manifestantes que as pessoas das favelas estivessem junto., Era uma bandeira que levou os moradores da Rocinha para as ruas, chegaram a fechar o Dois Irmãos e percebeu-se que haviam demandas que ainda não tinham sido colocadas, que poderiam engrossar aquela imensa lista de reivindicações. Seria uma pauta contra a violência policial na favela. Isso chega num momento oportuno para as manifestações, já a violência policial estava sendo sentida naquele momento. Fizeram até uma analogia: no asfalto é bala de borracha, na favela é bala de verdade. Então, o episódio de Amarildo impactou nas manifestações sim, porque no meio das investigações, foi encontrado um corpo na Rocinha. Quando viu que era de uma mulher, as pessoas não ligaram. Ninguém sabe qual é o nome da mulher. A notícia era o Amarildo. As pessoas só queriam saber onde ele estava<sup>82</sup>

Como já dito, o ‘caso Amarildo’ vira bandeira dos protestos num momento em que a violência era sentida por quem estava na rua protestando, e não sujeito a “uma ação social indispensável”, como crê a sociedade no que tange às favelas, de acordo com trecho destacado de artigo escrito por Felipe Brito. A violência sentida nas ruas era intensa: levantamento feito pelo Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro<sup>83</sup> indicou que 52 pessoas ficaram feridas e cinco morreram durante protestos realizados apenas no mês de junho em todo Brasil.

Essa violência, novidade no asfalto, cotidiano na favela, e que se transformou em pauta dos protestos, teve Amarildo como símbolo, em certo momento, fazendo com que ele se transformasse numa bandeira: além de ser o pedreiro, pai de seis filhos, conhecido como ‘Boi’ por ajudar todos na Rocinha, ele era a bandeira que faltava para unificar aqueles manifestantes e símbolo de uma fratura no projeto de pacificação das favelas do Rio de Janeiro.

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, Luiz Antonio Machado da Silva falou sobre a relação entre o caso Amarildo e o contexto das manifestações de junho. “Amarildo é ‘só’ mais um. O caso foi catapultado pelas manifestações de junho,

---

<sup>82</sup>Trecho de entrevista concedida ao autor realizada em 21/05/2014

<sup>83</sup>Dados disponíveis em <<http://mortoseferidosnosprotestos.tk>>. Acesso em jul.

conquistando essa visibilidade. Mas, tradicionalmente, as classes médias não se interessam pelo que acontece nas favelas”.<sup>84</sup> Desta vez, porém, a lógica se inverteu, e classes médias se manifestaram por um pedreiro morador de favela.

Outro componente importante que garante especificidade ao caso Amarildo é o fato deste ter ocorrido numa área com UPP. Sob diferentes enfoques, autores concordam que a pacificação representou uma mudança no eixo das políticas públicas de segurança pública pensada para as favelas cariocas. (Machado, 2005; Oliveira, 2014).

A partir dos anos 1970, as favelas passaram a abrigar grupos voltados para o tráfico de drogas, que começaram a assumir o controle armado dessas áreas. O aumento da criminalidade foi a justificativa encontrada pelo estado para investir cada vez mais em ações puramente repressivas, tendo como discurso oficial o combate ao tráfico armado e de drogas. Desde os anos 1990, como destacou Oliveira (2014), as favelas deixaram de ser reconhecidas pela sua produção cultural, ou pelo nível de clientelismo eleitoral vigente dentro das comunidades, para serem reconhecidas apenas como territórios controlados por traficantes, e suposta origem de toda a criminalidade que se observa na cidade. Criou-se, então, uma metáfora muito difundida entre diversos setores, cuja permanência se faz notar ainda hoje, em diversos setores: a ideia de uma “cidade partida” entre a favela, berço do crime (morro), e o asfalto, local dos bairros de classe média.

O trecho abaixo foi proferido em 1994, durante o programa Roda Viva da TV Cultura pelo jornalista Heródoto Barbeiro, quando do lançamento do livro *Cidade Partida*, de autoria de Zuenir Ventura, sobre a chacina de moradores da favela de Vigário Geral. A fala serve de exemplo para pensar a capilaridade da ideia de *cidade partida* entre o asfalto e a favela.

Quase todo o Brasil tem hoje o mesmo triste conceito sobre a cidade do Rio de Janeiro. Nela, quem manda são os traficantes e bandidos; ninguém anda pelas suas ruas sem ser, mais cedo ou mais tarde, assaltado. Imagina-se mesmo que ninguém mais se impressiona com os cadáveres que são encontrados, todas as manhãs, baleados. A violência pode ser ou pode não ser tão grande, mas suas raízes são muito mais profundas e complexas do que pode parecer à primeira vista.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Trecho de entrevista disponível em <http://coletivodar.org/2013/08/amarildos-onde-estao-entrevista-com-luiz-antonio-machado-da-silva/> Acesso em 23 nov 2014

<sup>85</sup> A íntegra da entrevista está disponível em <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/548/leitura/entrevistados/zuener\\_ventura\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/548/leitura/entrevistados/zuener_ventura_1994.htm)>. Acesso em 01 out 2014

Essa imagem de cidade partida, que traz consigo a noção da existência de territórios controlados por traficantes causadores da violência urbana, passou a ser corriqueiramente usada para justificar as ações de guerra montadas pelo poder público para dar conta dessa problemática. O ponto alto disso foi a criação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, o Bope, especializado em operações militares nas favelas, que se tornou notável graças às incursões de guerra feitas nas comunidades, usando técnicas militares, armamentos pesados e atingindo impressionantes números de mortos, presos e feridos. Essas ações, porém, não foram suficientes para resolver os problemas de violência nas comunidades pobres, que também observaram o recrudescimento, no final dos 1990, começo dos anos 2000, de formas mais estruturadas de milícias, tema de trabalhos de outros autores, cuja discussão não será travada aqui.

Posto um breve contexto histórico, é válido concluir, como Oliveira (2014), que “as UPPs foram pensadas como uma tentativa de corrigir os erros de ações puramente repressivas, representando um esforço para transformação nas unidades policiais que iriam atuar nas favelas”. Apesar de eventuais equívocos em sua condução, a ideia da política pública propunha a criação de uma UPP Social, responsável pelo mapeamento das prioridades de cada um dos territórios recuperados pelo estado em áreas como saúde, educação, além do fomento de projetos culturais e capacitação de jovens e adolescentes.

Machado (2010) relembra que, ao assumir o governo do Rio, Sérgio Cabral deu mostras de que iria intensificar a *guerra ao crime*, numa atualização da lógica da cidade partida entre asfalto e favela. Segundo este autor, as UPPs nascem como “resultado invertido de uma truculência retórica” a qual reconhecia, de forma exagerada e explícita, que era necessário controlar populações e retomar territórios. A seguir, ele uma “louvável mudança” na orientação oficial para entrada nas favelas, cujo ponto principal é a tentativa de criar uma relação civilizada entre a polícia e a população moradora do local. Amplamente divulgada, ainda falta que esta orientação cumpra o papel de “mudança na cultura policial, que todos sabemos ser autoritária e violenta”.

Na avaliação de Machado, as UPPs acabaram por reforçar e atribuir um novo significado a imagem de *cidade partida* que tomou conta do imaginário da opinião pública dos anos 1990. Se, por um lado, o acesso das populações dessas regiões a serviços públicos aumentou, a capacidade de que estas se articulassem para reivindicar mais espaço na definição, por exemplo, de políticas públicas, não sofreu nenhuma alteração dramática.

Quando se pensa na população que mora nas localidades onde estão implantadas as UPPs ou são potenciais alvos delas, podemos dizer sem medo de errar que, atualmente, sua capacidade reivindicativa é muito limitada. A simples idéia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública<sup>86</sup>.

Ao lado da ideia de uma nova forma de ação policial nas favelas, que não garantiu novas formas de que as vozes destas comunidades fossem ouvidas, Machado aponta para algo que apareceu de forma transversal no curso do primeiro capítulo deste trabalho: o discurso oficial em torno das UPPs sistematicamente mencionou nos primeiros dias de sua experiência, tendo reforçado a ideia durante o caso Amarildo, de que as UPPs não são uma política isolada, e sim “perene”: em resumo, Machado escreveu que o “controle ‘pacífico’ do crime é apresentado como condição para a ampliação dos demais bens de cidadania”.

Na medida em que se foi revelando o que teria acontecido com Amarildo, com a suspeita de que policiais da UPP da Rocinha teriam participado de seu sequestro, para em seguida torturá-lo até morte, a lógica da “pacificação” veiculada pelo discurso oficial sofreu um importante revés. Pensada como uma nova forma de polícia, que não iria mais comprimir um papel puramente repressor nas favelas, e sim caminhar com a comunidade em prol da “ampliação” desta cidadania da qual nos fala Machado (2010), a política de pacificação evidenciou práticas que não eram inéditas e perpassaram a história da Polícia Militar, como veremos brevemente nas considerações finais. Por hora, cabe indicar que Amarildo representou uma fratura nesta política pública, fato que demandou todo o esforço das autoridades em ir a público garantir que este seria apenas um “caso isolado”.

Em outras palavras, a ocorrência de um caso como esse num *lugar* pacificado provoca um mal-estar não só nas instituições que estão envolvidas, alcançando um patamar político, exemplificado pelas diversas manifestações do então governador do Rio para ratificar o discurso oficial sobre as UPPs. Machado destacou que há um importante elemento de visibilidade na instalação dessas unidades: a escolha por um ou outro local não está relacionada somente aos fatos relacionados ao crime, mas a uma demanda coletiva por uma nova percepção de segurança. Isso explica o fato das áreas mais procuradas para instalação das primeiras unidades terem sido a Zona Sul carioca, e

---

86 SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Afinal, qual é a das UPPs?** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, p.1-7, mar. 2010.

locais como a Cidade de Deus, mundialmente conhecida. A Rocinha, favela que virou destino turístico (Medeiros, 2008) se inclui no rol dessas comunidades mais “visíveis” do que outras.

O fato de Amarildo ter desaparecido em uma área pacificada é mais um dos pontos em que enxerguei a especificidade do caso, os quais, em última análise, ajudaram a garantir o espaço que este e suas reviravoltas tiveram na opinião pública. O pedreiro desaparecido foi índice de dois problemas históricos: a gestão e a lógica de políticas públicas criadas para as áreas de favela; e como o tratamento dado às populações destas regiões tem por hábito a não observação das garantias constitucionais.

Articulo esta reflexão ao fato de que a partir do desaparecimento de Amarildo, foram organizadas manifestações cuja pauta era, especificamente, pressionar o governo do Rio e as instituições capazes em mobilizar esforços para dar conta do paradeiro do pedreiro. Tais manifestações foram expostas brevemente no primeiro capítulo, quando a tarefa era narrar, de alguma forma, o caso a partir das matérias do jornal *O Dia*. Em paralelo a isso, as redes sociais tomadas por imagens de internautas de todo o mundo, que também se mostraram impactados pelo caso. *Memes*<sup>87</sup> foram criados sobre o assunto, sendo compartilhados por usuários do Twitter e do Facebook. Não necessariamente àqueles que compartilharam tais imagens poderiam mobilizar uma experiência direta a partir do caso, para voltar a ideia de questão envolvente, usada na hipótese do *agenda setting*. Entretanto, a hashtag #CadeOAmarildo alcançou repercussão internacional, mostrando que o caso extrapolara as fronteiras da favela da Rocinha e até mesmo do Rio de Janeiro. Castells elabora uma possível linha explicativa para estes tipos de engajamento nas redes sociais.

Em nossa sociedade, o espaço público das redes movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da

---

<sup>87</sup> As explicações mais encontradas para a definição de *meme* na Internet indicam que se trata de uma imagem, frase ou vídeo que são utilizadas repetidamente na Web. A origem etimológica apresentada para o termo aponta para um zoólogo, Richard Dawkins, que definiu meme como uma “unidade de evolução cultural” que se propaga de indivíduo para indivíduo.



comunicação.<sup>88</sup>

É neste espaço híbrido, com poder difuso que permitiu, como veremos nas imagens a seguir, que cidadãos de Nova Iorque, Paris, e Berlim usassem suas redes sociais para questionar as autoridades do estado do Rio sobre o desaparecimento de Amarildo. No Facebook, uma página intitulada ‘Cadê O Amarildo’ reuniu diversas dessas imagens de internautas na busca por uma solução para o caso. Como forma de exemplificar em alguma medida de que forma que este caso apareceu nas redes sociais, selecionei algumas imagens que apareceram na referida página, e foram replicadas em outros portais.

**Figura 2 – Página “Cadê o Amarildo?” no Facebook**



**Figura 3 – Em Nova Iorque exibe cartaz questionando “onde está Amarildo”.**



Fonte: <http://www.pstu.org.br/node/19852>

<sup>88</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.84.

**Figura 4 – Manifestação de internauta francesa em rede social**



Fonte: <http://www.pco.org.br/nacional/pm-e-governo-cabral-sao-os-responsaveis/aiez,p.html>

**Figura 5 – Na Colômbia, também foi replicada a hashtag #CadeOAmarildo**



Fonte: <http://youpix.virgula.uol.com.br/viral-2/tumblr-do-dia-where-is-amarildo/>

**Figura 6 – Um dos “memes” criados sobre Amarildo**



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Cad%C3%AA-o-Amarildo/418832998237714?sk=timeline>

### **3.3. O caso Amarildo no jornal *O Dia***

Em paralelo a essas manifestações nas redes sociais e nas ruas, o jornal *O Dia* começou a noticiar o caso no dia 19 de julho, cinco dias depois de Amarildo desaparecer (14 daquele mês) e três dias depois de Elizabete, sua esposa, realizar o registro de seu desaparecimento (16). Analisando as matérias daquela data até outubro, elaborei o que chamo de três visões possíveis sobre o caso e "personagem" Amarildo. São elas: (I) o Amarildo “bandeira de manifestações”; (II) o Amarildo “cidadão de bem”; (III) o Amarildo “traficante”. De saída, vale destacar que não pretendo chegar a uma conclusão decisiva sobre qual das visões prevaleceu, e sim apresentar a multiplicidade de discursos que o caso assumiu na opinião pública e, especificamente, na imprensa.

O Amarildo "bandeira" de manifestações surge a partir dos primeiros protestos motivados pelo desaparecimento do pedreiro em 14 de julho de 2013, nas ruas da favela da Rocinha. Ali, ele não era mais apenas um morador de favela que desaparecera dentro da comunidade - cujo destino final seria a morte, como ocorre cotidianamente ocorre nos morros do Rio de Janeiro. Seu nome se tornou uma "bandeira" de manifestações que ocorriam desde o mês anterior, fora dos limites da favela. É importante voltar a destacar que, dentre a multiplicidade de pautas incorporadas por aquelas jornadas, estava a violência policial. O tema da desmilitarização da PM, por exemplo, apareceu

em diversos dos cartazes levados às ruas naquele mês de junho. "Amarildo" enquanto bandeira de manifestações, que inicialmente era algo restrito às ruas da Rocinha e adjacências, foi aos poucos ganhando relevância e se tornou constante mobilizações ainda maiores e, como foi exemplificado no primeiro capítulo, virou tema de grandes protestos realizados no Rio e em São Paulo. No jornal *O Dia*, como veremos a seguir, esta “visão” foi uma das mais evidenciadas pelas reportagens.

No primeiro capítulo deste trabalho, usei as reportagens do jornal *O Dia* e minha entrevista com o delegado Orlando Zaccone para demonstrar a tentativa de construção da ideia de que Amarildo era ligado ao tráfico de drogas como forma de desarticular todo o clamor que o caso despertou na opinião pública. Esta visão é a do Amarildo “traficante”, a qual acredito ter sido enfatizada como forma de desmobilizar o clamor que o caso vinha assumindo progressivamente tanto na imprensa, como nas ruas e na opinião pública em geral. Esta visão aparecerá aqui em oposição a um terceiro, o qual a imprensa passou a evidenciar em alguns momentos entre julho e outubro: este não é a bandeira de protestos, amorfa, e sim o trabalhador, pai de seis filhos, esposo dedicado e "conhecido por todos na comunidade pelo fato de estar sempre disposto a ajudar os outros"<sup>89</sup>. Este é o "Amarildo" cidadão, visto pela última vez ao ser levado por policiais para averiguação, desaparecido desde então. A existência deste cidadão "de bem", em oposição ao que Misse (2010)<sup>90</sup> chama de "sujeito criminal" serviu, em algum sentido, para deslegitimar a ideia de que Amarildo era um bandido e, por isso mesmo, como define o sociólogo, um ser "matável", que "pode ser morto". Seria este personagem o responsável pela desmistificação da associação imediata feita pela opinião pública entre pobreza e criminalidade, desconstruída por Misse da forma que fora apresentado no primeiro capítulo. Além disso, creio que a viúva de Amarildo desempenhou papel fundamental nesta construção, ao repetir diversas vezes que seu esposo era “trabalhador” e “homem de bem”.

O jornal *O Dia* veiculou 69 reportagens que mencionaram Amarildo entre julho e outubro de 2013. Além disso, foram publicados também oito editoriais/artigos de opinião. Para fins analíticos, categorizei estes 77 textos da seguinte maneira expressa a seguir.

---

89BOTTARI, Elenilce. **A Rocinha quer saber: onde está Amarildo?** Jornal O Globo. 2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/a-rocinha-quer-saber-onde-esta-amarildo-9156093>>. Acesso em 24 set 2014.

90 MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido.** *Lua Nova* [online]. 2014, vol.79, n.56, pp. 15-38

A) Reportagens que falam sobre as investigações: essas matérias versam principalmente sobre aspectos tratados no primeiro capítulo deste trabalho. São as reviravoltas nas linhas de investigação, desde as primeiras informações sobre o mau funcionamento das câmeras a elucidação da participação de policiais militares na tortura que acabou tirando a vida do pedreiro.

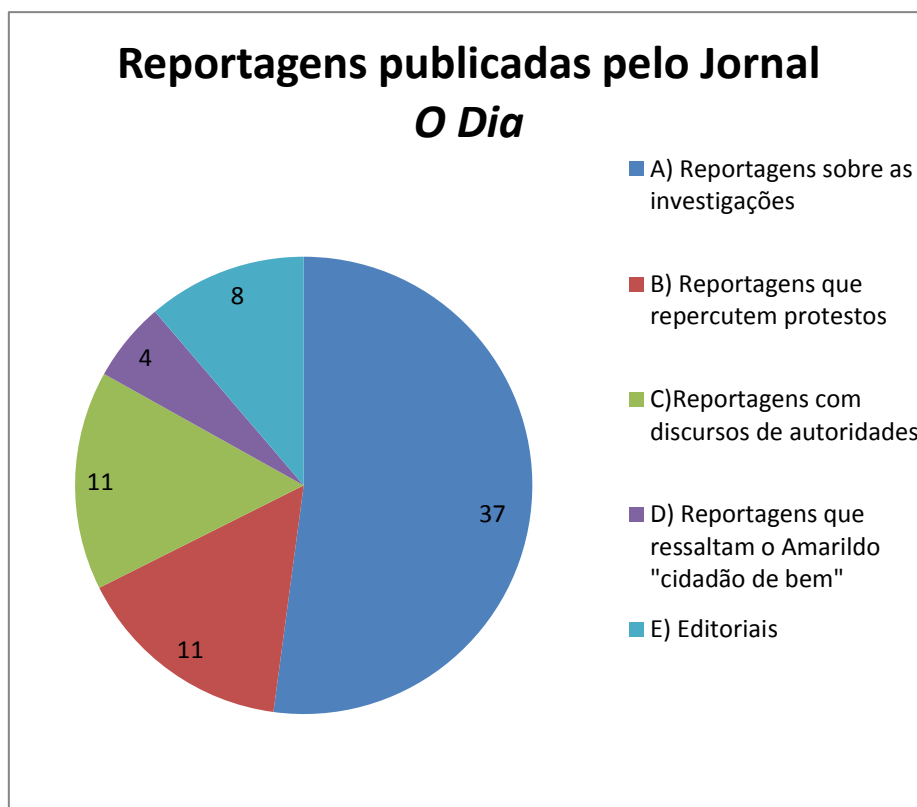
B) Reportagens que repercutem protestos que exigiam a descoberta do paradeiro de Amarildo: são aquelas em que o assunto principal são manifestações realizadas no Rio de Janeiro na maior parte das vezes, e em São Paulo, que exigiam a elucidação do paradeiro de Amarildo.

C) Reportagens nas quais autoridades aparecem emitindo discursos sobre os desdobramentos do caso: estas também foram alvo de abordagens mais aprofundadas no primeiro capítulo, quando foi analisado as falas do ex-governador Sérgio Cabral Filho sobre o caso.

D) Reportagens que ressaltam o "Amarildo pai de seis filhos": matérias que ressaltam o lado “família” de Amarildo, que contam sua história e a de sua família.

E) Editoriais e artigos de opinião: textos publicados na seção de articulistas do jornal, nos quais Amarildo foi tema de análises ou foi mencionado em algum outro contexto.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição destas reportagens entre julho e outubro.



Vale observar que o jornal deu mais espaço para as reportagens que versaram principalmente sobre as investigações do caso: 37 delas falavam exclusivamente sobre este tópico, cerca de 48% do total que fora veiculado. 14% (11 reportagens) das vezes em que Amarildo foi mencionado entre julho e outubro foi para repercutir protestos realizados na cidade, ou em outras partes do país, e que exigiam saber qual o paradeiro de Amarildo. O mesmo espaço foi dado para as reportagens que repercutiram os discursos de autoridades feitos em cima dos desdobramentos do caso, como os do então governador Sérgio Cabral e seu secretário de segurança José Mariano Beltrame.

Em apenas quatro reportagens, ou 5% das vezes em que foi assunto, Amarildo foi tratado como “pai de família, trabalhador dedicado”, com uma vida que não seria a do “mundo do crime”, expressão usada por Misse (2010) ao falar sobre o ser “matável” por ele descrito. Destaco destas a que foi escrita pela repórter Maria Inez Magalhães, dez dias depois do desaparecimento.

‘Hoje (terça-feira) meus filhos comeram só banana com farinha. Estamos passando dificuldade’. O desabafo é da dona de casa Elizabeth Gomes da Silva, 47, mulher do pedreiro Amarildo Dias de Souza, 47. Ele está desaparecido há 13 dias desde que foi pego na Rocinha por policiais da UPP. O casal tem seis filhos. “Ele tinha dinheiro todos os dias para o pão. Não trabalho porque cuido das crianças”, contou Elizabeth, que está vivendo de doações.<sup>91</sup>

Em entrevista concedida a mim, Alexandre Medeiros<sup>92</sup>, editor-executivo do jornal *O Dia*, se surpreendeu ao ser informado do número de reportagens veiculadas sobre o caso. De acordo com ele, o caso representou um “divisor de águas” no tratamento da imprensa com relação a política das UPPs: até julho de 2013, a cobertura ressaltava os avanços da pacificação, e manifestava um certo contentamento com a ideia de “retomada de cidadania em territórios anteriormente controlados por traficantes”. Em sua leitura do caso, estão presentes alguns dos elementos tratados aqui neste trabalho, e ele enxerga dois vieses possíveis para entender o desaparecimento de Amarildo: um

---

91 MAGALHÃES, Maria Inez. **Filhos de pedreiro não têm o que comer**. Jornal *O Dia*. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-24/filhos-de-pedreiro-nao-tem-o-que-comer.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

92 Alexandre Medeiros começou como repórter no Jornal do Brasil, em 1983, de onde saiu em 1990, quando já era chefe de reportagem, cargo que exerceu no jornal *O Globo* até 1992. Neste ano, foi para o jornal *O Dia* pela primeira vez, onde, como repórter especial, ganhou seu primeiro prêmio Esso, mais importante premiação do jornalismo brasileiro. Ficou lá até quase o fim da década de 1990, voltando a ocupar o cargo de chefe de reportagem. Deixou o jornal para se dedicar a projetos pessoais, e retornou em 2012, já como editor-executivo. Entre suas funções estão a de decidir quais matérias são merecedoras de destaque na capa do jornal, quais terão destaque interno (os “altos de página”) e o tamanho dado a cada notícia.

“político” e um “jornalístico”: o primeiro diz respeito ao desgaste do então governador fluminense a partir do desaparecimento do pedreiro; o segundo refere-se ao clamor popular que acabou resultando num maior engajamento dos profissionais de imprensa na busca pelo esclarecimento do episódio.

Primeiro, enxergo que é possível fazer uma leitura política sobre este caso. É importante lembrar que tínhamos um momento de grande questionamento ao governo de Sérgio Cabral, que até então assumia uma postura arrogante diante dos protestos contra ele. Vale lembrar que era época de denúncias de corrupção, uma grita grande contra o uso do helicóptero do estado por parentes dele, e uma condução péssima da greve dos professores. É nesse cenário que acontece um caso como o do Amarildo, que é absolutamente emblemático. Um ajudante de pedreiro, morador de favela, desaparece e a maior suspeita é a Polícia Militar do governo do Cabral, que batia até em docentes. E o questionamento cresceu muito, nas ruas e nas redes sociais. Raras foram as vezes em que cobri ou chefei uma equipe que tivesse que se debruçar sobre algo com uma repercussão tão grande. Um caso de polícia que virou um caso político, isto é emblemático. Do ponto de vista jornalístico, vale destacar que a sociedade cobrava muito da imprensa uma postura de combate a violência da polícia. Algo do tipo “por que a polícia bate em manifestante nas ruas, bate em professor, e vocês não denunciam?”. Nesse sentido, o caso Amarildo foi positivo para o *Dia*, pois mostramos que sim, não importa o fato de ele ser preto, favelado e pobre, nós noticiamos o caso com atenção, tanto que chegamos a esse altíssimo número de reportagens. Não foi um caso qualquer.<sup>93</sup>

Segundo Alexandre, a atenção inicial dada pelo jornal *O Dia* ao desaparecimento de Amarildo deve-se, em grande parte, aos protestos realizados primeiro na favela da Rocinha, e ao engajamento da família de Amarildo em torno da elucidação de seu paradeiro. Isso se verifica na reportagem do dia 19 de julho, a primeira publicada que faz referência ao caso, cujo título era *Família de pedreiro que sumiu cobra respostas*, publicada em destaque, como “alto de página” na edição, conforme reproduzido abaixo. Na coordenada<sup>94</sup>, a ênfase também foi dada às manifestações, e seu título foi *Rocinha já prepara novos protestos*. O texto, por sua vez, informava sobre o encontro de familiares de Amarildo com o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame e o presidente da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, deputado estadual Marcelo Freixo.

---

<sup>93</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2014.

<sup>94</sup> No jargão jornalístico, *coordenada* é parte integrante do assunto da reportagem que não aparece no lide, mas está relacionada ao conteúdo da matéria principal.



Figura 7 – Reprodução de reportagem do Jornal *O Dia*

10 < RIO DE JANEIRO

SEXTA-FEIRA, 19/7/2013 | O DIA

# Família de pedreiro que sumiu cobra respostas

Segundo parentes, ele foi levado de casa por policiais da UPP para sede da unidade domingo. Sete pessoas se encontraram com Beltrame, o delegado e Marcelo Freixo

FRANCISCO EDSON ALVES  
falves@odia.com.br

**P**arentes do pedreiro Amarildo Dias de Souza, o Boi, de 47 anos, morador da Favela da Rocinha, em São Conrado, e desaparecido desde domingo, cobraram ontem mais empenho da polícia para o esclarecimento do caso. Sete pessoas da família se encontraram com o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, com o delegado da 15ª DP (Gávea), Orlando Zaccone, e com o deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Direi-

tos Humanos da Assembleia Legislativa (Alerj).

De acordo com os familiares, Amarildo chegou em casa de uma pescaria domingo e, quando limpava peixes, foi retirado de casa por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e levado para a sede da unidade na favela. Ele teria sido confundido com um bandido. "Nós temos que, no mínimo, ter explicações convincentes sobre o que fizeram com meu pai. É inadmissível que um grupo de pelo menos 15 PMs continuem agindo como se fossem os xerifes da região, ameaçan-



Amarildo Dias de Souza pode ter sido confundido com bandido

do de morte e esculachando inocentes", desabafou Anderson Gomes, 21.

As autoridades prometeram acelerar as investigações. Ontem, policiais que teriam conduzido o pedreiro até a sede da UPP prestaram depoimento na 15ª DP. "Asseguramos aos familiares que

vamos concentrar forças para achar Amarildo. Estamos verificando os GPS das viaturas e reunindo imagens de câmeras de vídeo. O desaparecimento de uma pessoa nessa circunstância provoca mal-estar geral", afirmou Zaccone.

Freixo, por sua vez, garantiu que a Comissão de Direitos Humanos acompanha o caso desde o dia do sumiço do pedreiro. "Esse caso tem que ser esclarecido logo. Estamos atentos em relação às investigações. Esse diálogo foi importante, mas vamos continuar cobrando um desfecho", garantiu o deputado.

**Rocinha já prepara novos protestos**

► Em nota, a Coordenação de Polícia Pacificadora (CPP) confirmou que Amarildo foi conduzido à sede da UPP Rocinha para averiguações. "O tempo que permaneceu lá (na UPP) faz parte das investigações", diz o texto, ressaltando que o CPP tem "total interesse no esclarecimento do caso".

Solidários aos parentes de Amarildo, moradores da Rocinha preparam novos protestos, como o da noite de quarta-feira, quando a Auto Estrada Lagoa-Barra foi fechada nos dois sentidos várias vezes. Uma manifestação marcada para ontem foi cancelada por causa do encontro de parentes com as autoridades.

Depois desta reportagem, Amarildo só voltou a ser notícia com tamanho destaque cinco dias depois, quando o jornal noticiou as condições paupérrimas em que viviam a viúva Elizabete, como já mostramos nesta seção. Nesse espaço de tempo, o *Dia* apenas reproduziu informações sobre o rumo das investigações em espaços reduzidos das páginas, os chamados "colunões". Nos dias 21 e 23 de julho, as informações que chegaram ao leitor foram de que o então delegado da 15ª DP Orlando Zaccone já estaria avaliando o GPS das viaturas que participaram da detenção do pedreiro, e que as imagens de câmeras de segurança da UPP também seriam parte integrante do inquérito.

A partir do dia 24, a presença do pedreiro no jornal se tornou quase diária até outubro, seja em reportagens que versassem sobre protestos, discursos de autoridade ou sobre a investigação em si. Segundo Alexandre, o alto número de editoriais ou artigos de opinião publicados durante o período (oito no total) também é índice da relevância conferida por ele e o corpo de editores ao caso. O primeiro deles foi publicado menos de um mês após o sumiço de Amarildo: assinado por João Batista Damasceno<sup>95</sup>, o título era *Onde Está o Amarildo?*, pergunta que repetir-se-ia diversas vezes nas ruas e nas redes.

Um pedreiro, pai de seis filhos, foi retirado pela polícia de sua casa, na Rocinha, e levado para o Centro de Controle e Monitoramento da UPP. Não mais foi visto. O desaparecimento de pessoas é padrão da polícia fluminense quando não pode forjar autos de resistência. Casos emblemáticos são os da

<sup>95</sup> João Batista Damasceno é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, juiz de Direito e membro da Associação Juízes para a Democracia.



engenheira Patrícia e do menino Juan, cujo corpo foi encontrado, mas que uma legista oficial quase sepultou o aparecimento e a possibilidade de responsabilização, declarando que se tratava do corpo de uma menina.<sup>9697</sup>

Para Alexandre, o caso Amarildo pode ser entendido como um “agendamento inverso”. Neste episódio, ele reconhece que a “sociedade pautou o jornal”, e não o contrário, como preconiza a hipótese de *agenda-setting*. Se nas primeiras semanas a partir da notícia do crime vir á tona, o espaço ocupado pelas reportagens foi exíguo, foi a pressão vinda das ruas a responsável por tornar aquele caso específico e, por isso, merecedor de atenção por parte deste veículo. Este fato pode ser explicado a partir de dois pontos fundamentais: o primeiro deles, como já vimos, é o engajamento de diversos setores da sociedade em protestos pela elucidação do paradeiro de Amarildo, tanto nas ruas como nas redes sociais. O segundo ponto é a postura assumida pela família do desaparecido, o que, para o editor-executivo do *Dia*, foi fundamental no processo de construção de Amarildo como episódio emblemático das relações entre a PM, a UPP e a favela da Rocinha.

Sem duvida nenhuma foi a sociedade que pautou a imprensa e mostrou que ali tinha-se um caso com mais relevância. Observar as diversas manifestações da sociedade foi fundamental para continuarmos com as investigações, e colocando nossos repórteres na rua para fazer as matérias. Esse termômetro é que a chefia de um jornal precisa ter. Você tem vários ingredientes que te ajudam nesse processo, como o repórter que está na rua e te traz uma informação dizendo que este não é um caso comum. Além disso, comecei a perceber, alguns dias depois do sumiço, que aquela família era diferente, porque a esposa e os filhos de Amarildo eram muito corajosos. Geralmente, a família da vítima evita se expor mais do que o necessário. Nesse caso, falei na reunião dos editores certa vez: ‘olha, essa família não ia colocar a cara a tapa assim, por nada. Eles estão dormindo ao lado dos inimigos, não iam correr este risco a toa’.<sup>98</sup>

A partir desta fala do editor-executivo do *Dia*, somado a toda a problematização do contexto e dos novos paradigmas da comunicação que mencionei no curso deste capítulo, é possível retornar ao artigo de Zaidan (2014), que trouxe a provocação sobre a qual se debruça parte deste trabalho. Segundo ele, no que se refere ao caso Amarildo, a “mobilização desencadeada pelas redes sociais extrapolou o mundo online e angariou a atenção da mídia tradicional”, termos com os quais Alexandre indicou concordar.

---

<sup>96</sup> DAMASCENO, João Batista. **Onde está o Amarildo?** Jornal O DIA, 2013. Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/opiniaio/2013-07-31/joao-batista-damasceno-onde-esta-o-amarildo.html>. Acesso em 16 nov 2014.

<sup>97</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2014.

<sup>98</sup> Idem.

McCombs e Shaw (1968), como vimos, concluíram que quanto maior for a influência da mídia sobre um tema, maior será o engajamento das pessoas sobre este. Logicamente, os meios de comunicação acabariam interferindo sobre a opinião pública. O argumento de que o caso Amarildo pode ser considerado um “agendamento inverso” a partir desta teoria gira em torno do que o trabalho pode depreender do estudo das reportagens publicadas entre julho e outubro. Vale lembrar que os estudos dos pioneiros da hipótese do *agenda-setting* fizeram estudos com grupos focais para medir o impacto do jornalismo sobre os assuntos discutidos pela opinião pública.

O nome de Amarildo apareceu em 12 reportagens e um artigo de opinião durante o mês de julho. A maioria dos textos era de repercussão dos primeiros rumos das investigações sobre o caso, e os protestos contra o governador Sérgio Cabral, tema de três das reportagens. Deste mês, podemos depreender um exemplo de um conceito utilizado na determinação da hipótese do *agenda-setting* (Hohlfeldt, 1997). O conceito de *acumulação*, segundo Brum (2002), refere-se a capacidade de um veículo midiático em dar relevância a um determinado tema, destacando-o do grande conjunto de acontecimentos diários. Graças à importância que o caso adquiriu, percebida pelo jornal, como relatou Alexandre, Amarildo apareceu em matérias nas quais ele não era o assunto principal, ou seja, matérias que não falavam sobre as investigações, repercutiam discursos de autoridades ou falavam especificamente sobre protestos realizados em favor do esclarecimento do seu paradeiro.

Um bom exemplo para pensar no conceito de *acumulação* no caso Amarildo pode ser observado na matéria publicada no dia 28 de julho de 2013, que relata um protesto da Marcha das Vadias, grupo feminista que defende os direitos das mulheres sobre seus próprios corpos, realizado durante a Jornada Mundial da Juventude, evento da Igreja católica que reuniu milhões na praia de Copacabana durante uma semana naquele mês. Apesar de só aparecer no fim da reportagem, o nome de Amarildo está lá:

“O movimento, que luta contra a violência sexual, defende a legalização do aborto e é contra o uso de dinheiro público em eventos religiosos, pediu explicações para o desaparecimento do pedreiro Amarildo, da Rocinha.”<sup>99</sup>

Ainda como estagiário do *Dia*, voltei a ter contato com o caso em setembro, numa matéria que também considero um exemplo do conceito de *acumulação*. Àquela

---

<sup>99</sup> O DIA. **Marcha das Vadias cruza com grupo de religiosos durante o seu protesto.** Jornal O Dia, 2013. Disponível em< <http://www.agenciaodia.ig.com.br/geral/2013-07-27/Marcha-das-Vadias-cruza-com-grupo-de-religiosos-durante-o-seu-protesto-2807> Alguns-fiis-apoiam-e-riem-Outros-reclamam-do-pro-988222> Acesso em 16 nov 2014.

altura não estava ainda elucidada a tortura que levou o pedreiro a falecer, mas já haviam ocorrido algumas das reviravoltas das quais tratei no primeiro capítulo, como a informação de que as câmeras da UPP não estavam funcionando no dia do seu desaparecimento, e que o Bope realizara uma operação secreta na Rocinha na noite em que o crime ocorreu. A reportagem fala sobre a estreia de Anderson Gomes, filho de Amarildo, como modelo num desfile realizado no Shopping Fashion Mall, em São Conrado, bairro próximo à favela da Rocinha, local do crime e onde ainda vive a família. O evento foi organizado por Hildegard Angel, jornalista familiarizada com a experiência do desaparecimento.<sup>100</sup>

Na ocasião, o então jovem modelo declarou que “iria aproveitar com unhas e dentes a chance de melhorar a vida de sua família”<sup>101</sup>. Apesar do fato mais importante ser o desfile, o desaparecimento e sua repercussão voltaram a figurar no texto. A viúva Elizabete Gomes ainda tinha esperanças de descobrir o paradeiro do marido. “A ferida do desaparecimento continua aberta e muito viva. Queria muito que Amarildo estivesse vivo para ver onde o filho dele está chegando. Espero que essa carreira melhore a nossa situação.”<sup>102</sup>

A presença de Amarildo em um número cada vez maior de reportagens é prova, segundo Alexandre, de que os questionamentos feitos pela sociedade em torno de seu nome, comprovados em matérias como a que relata as confusões na Marcha das Vadias, “funcionaram” no corpo de editores do *Dia*. Para se ter uma ideia, em agosto o número de textos (entre reportagens e editoriais) publicados chegou a 30, o maior número do período definido para análise. Em setembro foram 18 matérias, e em outubro foram 16.

De acordo com outro dos conceitos do *agenda-setting*, o conceito de *onipresença* diz respeito aos acontecimentos que, transformados em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente ocupados a ele. No primeiro capítulo, mostrei de que forma

---

<sup>100</sup> Colunista social dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, Hildegard Angel é filha de Zuzu e irmã de Stuart Angel. Em 1971, seu irmão, que era integrante da luta armada contra a ditadura militar, foi preso, torturado, morto e dado como desaparecido político. Sua mãe engajou-se na luta pela elucidação de seu paradeiro até 1976, quando apareceu morta em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Escrevi sobre o encontro de Hildegard, Anderson e Elizabete Gomes na ocasião do desfile, mas enviei o parágrafo que reproduzo a seguir após o fechamento da edição. “No fim do desfile, Hildegard e Anderson subiram ao palco. Ela usava a camisa com a foto de Amarildo, e ele a camisa de Stuart Angel. “Vivemos um momento de escuridão eterna. A mesma coragem que minha mãe teve, a esposa de Amarildo está tendo.” Emocionada, ela disse que no Brasil, “as vidas humanas são tratadas com muito desprezo”. “Não consigo nem falar, é muita emoção”, completou Anderson.

<sup>101</sup> O DIA. **Filho de Amarildo e o futuro nas passarelas**. Jornal O Dia, 2013. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-17/filho-de-amarildo-e-o-futuro-nas-passelas.html>> Acesso em 19 nov 2014.

<sup>102</sup> Idem.

isso se deu no âmbito político, fato reforçado neste segundo trecho do trabalho: o desaparecimento do pedreiro representou um ponto de inflexão negativo para o governador Sérgio Cabral, que se viu atingido de maneira ímpar pelos efeitos e pelo desdobramento do episódio. Amarildo não apareceu apenas na editoria de polícia do jornal, como tradicionalmente acontece em casos de crime. A seguir, a reprodução de uma das reportagens em que o nome do pedreiro apareceu na editoria de “País”, na qual, no caso do jornal *O Dia*, são publicadas as notícias referentes a acontecimentos que não são do Rio de Janeiro. Neste caso, tem-se o exemplo daquilo que chamei de Amarildo “bandeira de manifestações”.

**Figura 8 – Reprodução de reportagem do jornal O Dia sobre protesto contra o então governador Sérgio Cabral realizado em São Paulo.**

24

SÁBADO, 27-7-2013 | O DIA

país

# Quebra-quebra em protesto contra Cabral para a Paulista

Manifestação começou pacífica, mas mascarados depredaram nove bancos em SP

> São Paulo

A Avenida Paulista, em São Paulo, parou ontem por conta de um protesto de cerca de 500 pessoas solidárias às manifestações contra o governador Sérgio Cabral (PMDB) no Rio. A manifestação começou pacífica às 19h50, com a interdição parcial da via e ruas vizinhas. Mas, às 19h30, manifestantes com rostos cobertos começaram a depredar e pichar agências bancárias, e uma hora depois houve confronto com PMs. Um dos gritos de guerra era “o carioca é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”.

Até as 21h30, nove bancos haviam sido atacados, além de uma base da PM. Manifestantes também picharam a

Estação Trianon-Masp, do metrô. Uma concessionária foi depredada, e um veículo da TV Record, atacado. Barras de ferro foram usadas para os atos de violência, e a polícia usou bombas de gás lacrimogêneo para desbloquear a Paulista. O trânsito ficou caótico, e motoristas deram marcha arê para fugir do tumulto.

O protesto também era contra a reação da PM do Rio a manifestações e exigia explicações para o sumiço do pedreiro Amarildo Silva, 42 — ele desapareceu em ação policial na Favela da Rocinha.

Outro slogan era “Alckmin, pode esperar, a tua hora vai chegar”, em referência ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

NELSON ANTONIO/FOLHAPRESS



Entre os manifestantes havia black blocs, que também gritaram ‘Alckmin, pode esperar, a tua hora vai chegar’

Outro dos conceitos chave para a hipótese do *agenda-setting* é o de *tematização*. Este se refere à capacidade que um veículo de mídia tem em dar o destaque necessário para um determinado assunto, como forma de chamar a atenção para este. O desdobramento mais comum deste item é a *suíte* de uma matéria, ou seja, um novo

enfoque para uma informação abordada na edição anterior do jornal. Segundo Alexandre, as reuniões de pauta sempre analisam a publicação do dia, para pensar em quais assuntos merecem mais ou menos atenção na edição seguinte. Desta forma, decide-se sobre qual informação vai seguir sendo apresentada ao leitor, de forma a prender sua atenção em um tema por mais um dia. De acordo com o editor-executivo do *Dia*, a pressão das ruas fez com que esta lógica mudasse: como o espaço para a discussão sobre o caso Amarildo já estava posto de forma alheia à vontade da imprensa, coube a esta focar na investigação sobre o desaparecimento, mantendo o destaque assumido pelas investigações no centro dos debates.

A imprensa tinha na mão um cadáver político. Não era só um caso de desaparecimento, era a mostra de que havia um sistema autoritário, que reprimia, matava e torturava. O caso não saiu de voga nunca, sempre tinha uma novidade: era o percurso feito pelo carro, a conduta do major Edson Santos, a vinculação com o BOPE. Era como se o jornal estivesse se engajando para desvendar a morte de um Rubens Paiva<sup>103</sup>. Então, essa postura foi adquirida graças às ruas, até por isso que o jornal fez tanto editorial. No mais, o assunto não mudou muito de perfil, à exceção da tentativa de mostra-lo como traficante. O jornal precisou usar Amarildo para se posicionar contra o arbítrio.<sup>104</sup>

Durante a análise e a categorização das matérias, chamou atenção o fato de o número de reportagens que evidenciavam aquilo que chamei de Amarildo “cidadão de bem” aparecerem em número extremamente reduzido: foram apenas quatro reportagens em quatro meses. Como expus, essa visão torna-se mais evidente em oposição a construção de Amarildo como traficante, da forma que foi relatado no primeiro capítulo. No começo de agosto, quando já haviam começado a circular informações sobre a suposta vinculação de Amarildo com o tráfico de drogas, o jornal *O Dia* voltou a publicar matéria para mostrar o pedreiro como “cidadão de bem”, que reproduzo na página a seguir. Três elementos se destacam na referida reportagem: o primeiro deles é uma nova forma de destaque ao caso, expressa no fato de a matéria ser de página inteira e ter sido publicada num domingo, dia reservado pelo jornalismo às matérias que demandam maior esforço, apuração e são consideradas “especiais” por fugirem do factual. O outro fator pode ser observado na diagramação da página, que foge ao padrão das matérias tradicionais, e forma o desenho de um corpo, numa alusão ao desaparecimento de Amarildo. E o terceiro fator diz respeito à menção aos “outros

---

<sup>103</sup> Rubens Paiva foi um engenheiro e político brasileiro, dado como desaparecido após ser capturado e torturado nas dependências do Exército no começo dos anos 1970, auge da repressão da ditadura militar no Brasil.

<sup>104</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2014.

Amarildos”, deixando claro o esforço do jornal em mostrar que o caso não era uma prática isolada, tampouco um fenômeno novo. Mas, segundo Alexanre, face o contexto em que ocorreu, mediante as pressões feitas pela sociedade, era necessário avançar no tema e seguir produzindo reportagens sobre o assunto.

No texto, o repórter Francisco Alves Filho volta a salientar aspectos pessoais de Amarildo, e a dar voz a viúva Elizabete e sua saga a procura do marido dado como desaparecido, antes de contar as histórias de outros “Amarildos”.

Há exatos 20 dias, a vida de Elizabete Gomes estancou. Desde quando seu marido, o pedreiro Amarildo de Souza, foi abordado por policiais da UPP da Rocinha para nunca mais ser visto, ela e os seis filhos não fazem outra coisa senão procurar o homem magro, de olhos arregalados, tratado carinhosamente pelos vizinhos como Boi. “Eu sei que ele está morto. A polícia matou meu marido”, lamenta.<sup>105</sup>

**Figura 9 – Reprodução da primeira matéria de página inteira do jornal *O Dia* sobre Amarildo**

**4 RIO DE JANEIRO** **DOMINGO, 4 DE 2013 O DIA**

FRANCISCO ALVES FILHO  
da.alves@odia.ig.com.br

**>HÁ EXATOS 20 dias**, a vida de Elizabete Gomes estancou. Desde quando seu marido, o pedreiro Amarildo de Souza, foi abordado por policiais da UPP da Rocinha para nunca mais ser visto, ela e os seis filhos não fazem outra coisa senão procurar o homem magro, de olhos arregalados, tratado carinhosamente pelos vizinhos como Boi. “Eu sei que ele está morto. A polícia matou meu marido”, lamenta. O drama dos parentes do pedreiro, tema obrigatório nas manifestações de rua por todo o país, é parecido com o de muitas famílias do Rio. Gente que há anos sofre em busca de pessoas amadas, também desaparecidas. Outros Amarildos, sumidos depois da abordagem da polícia, que deveria protegê-los. Não há estatísticas para medir extensão do problema. “Foram mais de 90 mil desaparecidos no estado nos últimos

20 anos, mas não se sabe quantos estavam sob custódia policial”, explica o sociólogo Fábio Araújo. No ano passado, ele defendeu na UFRJ a tese de mestrado “Das consequências da arte maquiada de fazer desaparecer pessoas”. O estudo mostra como a queda do número de homicídios em alguns anos do governo Sérgio Cabral coincide com o aumento do número de sumidos em território fluminense. Um indicio de que os agentes da violência — traficantes e mais policiais — estavam usando um outro método de extermínio.

Episódios assim levaram a ONG Rede Contra a Violência a apoiar um abaixo-assinado para forçar o governo brasileiro a cumprir a Convenção Interamericana contra o Desaparecimento Forçado. Em seu artigo primeiro, o documento estabelece que esse tipo de sumiço é uma violação inaceitável, e nem mesmo guerra, estado de emergência ou razões de segurança nacional podem justificá-lo. Enquanto a convenção não é respeitada por aqui, a alternativa pode ser o projeto de lei que desde 2011 tramita no Senado para transformar em crime a ação de quem colabora para o desaparecimento de vítimas, como Amarildo.

**O DIA** conversou com famílias que experimentam essa espera interminável. Entre elas, há muitas diferenças, como os laços onde moram, as circunstâncias do desaparecimento e o peso da esperança num possível reencontro. Irmão da engenheira Patrícia Amieiro, desaparecida há cinco anos, depois de passar por uma blitz policial, Adriano não vê qualquer possibilidade de ela estar viva. “Devem ter queimado o corpo”, conforma-se. Já Denise Alves Tavares ainda sonha rever seu filho, Douglas, sumido em 2006, quando tinha 16 anos, depois de uma ação clandestina da PM na favela de Vigário Geral. “Meu coração de mãe me diz que ele ainda está vivo”, afirma, mesmo após tantos anos.

Também é diferente a disposição de cada família para seguir buscando justiça. Dona Irilzete Santos, de 62 anos, continua lutando pelo reconhecimento de que foram policiais os responsáveis pelo sumiço de seu filho, Fábio, em 2003, no município de Queimados. Já dona Maria, 85 anos, mãe de Jorge Carceli, o funcionário da Pioruz que sumiu em 1990 durante operação da Polícia Civil, se desanimou desde que a Justiça reconheceu a morte presumida do rapaz.

Mais forte que as diferenças é o sentimento de angústia comum tanto à família de Amarildo, sumido há 20 dias, quanto à de Carceli, desaparecido há 20 anos. Todas na mesma vida em suspensão, desde que seus parentes evaporaram das mãos dos agentes pagas para defender o cumprimento da lei, mas que muitas vezes fazem justamente o contrário.

Não há estatísticas sobre desaparecidos que estavam sob custódia policial. Sociólogo estima que mais de 90 mil pessoas sumiram no Rio desde 1990

## À procura de outros Amarildos

<sup>105</sup> FILHO, Francisco Alves. **À procura de outros Amarildos**. Jornal O Dia, 2013. Disponível em < <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-04/a-procura-de-outros-amarildos.html> > Acesso em 16 nov 2014.

Acredito que a ideia de um Amarildo “cidadão de bem” foi fundamental para que o caso se mantivesse no centro dos debates públicos durante os quatro meses sobre os quais este trabalho se debruça. Além disso, esta especificidade faz este episódio ser índice de ideias clássicas do pensamento social brasileiro, a respeito das diferenças no tratamento da lei e no exercício dos direitos por cidadãos de diferentes origens sociais, econômicas, culturais e espaciais. Este tema foi problematizado por diversos autores, cujos textos se tornaram clássicos: cito, como expoentes, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Damatta, José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos e Jessé de Souza, que, sob diferentes vieses, se debruçaram sobre as raízes das disparidades no exercício da cidadania e produziram vasta literatura sobre o assunto.

Carvalho (1998), por exemplo, produziu ensaio para discutir um ponto central em sua obra: a ideia de que o caso brasileiro se difere de outras experiências democráticas, como a dos EUA e da Inglaterra, em que o processo de construção da cidadania se deu, primeiro, pela luta em prol dos direitos civis, seguidos pelos políticos e, por fim, os sociais. O Brasil adquire especificidade no momento em que os direitos sociais, por exemplo, são garantidos “de cima para baixo” pelo Estado, num momento em que os direitos sociais e políticos estão suprimidos, durante regime ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas, na década de 1940. Vale ressaltar que Carvalho aponta como principal desafio da atual democracia o exercício pleno dos direitos civis, visto que hoje vivemos a plenitude dos direitos políticos: a dificuldade da atual democracia, para ele, é dar conta das “incertezas” que giram em torno das ideias de liberdade e, sobretudo, igualdade perante a lei.

Essa ideia é exemplificada por meio de uma história, na qual uma pessoa pobre e humilde e destrutada por um policial num contexto em que o referido personagem era parente do suspeito de um crime (um roubo de galinhas), e ele próprio é tratado com todas as reservas pelo mesmo agente da lei, Carvalho resume: “a igualdade de todos perante a lei, como determina o artigo quinto da nossa Constituição, é balela. Na prática, quem define a cidadania é a polícia”. No mesmo trecho, ele ressalta que o “pobre honesto” não é, aos olhos da “autoridade”, uma figura livre de qualquer suspeita, mas pelo menos a ele garante-se o benefício da dúvida. Foi o que aconteceu com o esforço em construir Amarildo como “cidadão de bem”, que se tornou uma das visões concorrentes possíveis sobre o caso. Ao ser tratado como “pai de família, trabalhador dedicado”, Amarildo “ganhou” o benefício da dúvida e não pode ser imediatamente condenado, nem pela opinião pública ou pelas instituições punitivas. Esse discurso foi

necessário para que sua trajetória não se confundisse com uma vida que não seria a do “mundo do crime”, expressão usada por Misse (2010) ao falar sobre o ser “matável” por ele descrito e do qual foi falado na primeira parte deste trabalho. Os “matáveis” não são iguais a todos perante a lei.

Segundo Alexandre, o jornal recebeu diversas informações e denúncias que tentaram ligar Amarildo ao tráfico de drogas. Acaso esta versão tivesse sido mais enfatizada tanto pela polícia quanto pelo poder público, ele acredita que o clamor em torno do caso arrefeceria.

Chegava muito para gente que ele [Amarildo] colaborava com a PM, e, por isso, o tráfico sumira com ele. A desconstrução do pedreiro “do bem” foi muito forte. Se algum momento nossa reportagem ou a polícia confirmasse isso, apesar de todo o clamor, o enfoque sobre o caso poderia retroceder. Acredito também que o mesmo teria acontecido acaso a família fraquejasse, ou as ruas esvaziassem. Assim, teríamos motivos para reduzir o espaço. A gente sempre pondera ‘espera aí, já demos duas vezes na primeira página, já foi alto...’ Isso acontece muito no jornal, chamamos isso de ‘secar’ o assunto. Mas o clima era tão a favor de ficarmos em cima que não poderíamos retroceder em momento algum.<sup>106</sup>

A justificativa para o baixo número de matérias que ressaltassem o Amarildo “cidadão de bem” para o editor-executivo do *Dia* se dá pela relevância das denúncias sobre o suposto envolvimento do pedreiro com o tráfico de drogas.

As matérias do lado mais humano foram feitas no período em que se tentou desqualificar o caso do Amarildo. Nossa intenção, especialmente com essa matéria do Chico [Francisco Alves Filho, repórter] foram numa tentativa de “desconstruir a tentativa de desconstrução”. Essa versão veio a partir de uma briga dos delegados, não vingou. Durou pouco, e até por isso foram poucas as matérias “cidadãs”, o foco era realmente as investigações. Mas vale lembrar que a família teve papel fundamental. Não fossem eles se mantendo forte, no lugar em que estavam, se colocando na reta dos debates, o caso não ia ter essa repercussão toda.<sup>107</sup>

Por diversas vezes na entrevista que concedeu a mim, Alexandre ressaltou que a postura assumida pela família de Amarildo foi fundamental para que o caso continuasse durante quatro meses em evidência. Elizabete apareceu, como vimos, em diversas reportagens ora exigindo um esclarecimento acerca do paradeiro de seu esposo, ora enfatizando que ele não era traficante, e sim um “cidadão de bem”.

Podemos problematizar essa postura por um viés sociológico. Em tese de doutorado sobre familiares de desaparecidos, Araújo (2012), reconheceu a impossibilidade de um conceito único para desaparecimento e forneceu um panorama sobre as disputas semânticas que envolvem a ideia de deste tipo de incidência. Em

---

<sup>106</sup> Trecho de entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2014.

<sup>107</sup> Idem



seguida, propôs um novo enfoque ao buscar uma análise possível de discutir as relações entre sofrimento, violência e política a partir das articulações de familiares de desaparecidos em movimentos sociais, e fornece um aporte teórico que pode ser usado para pensar o caso Amarildo, mais uma vez, na chave de sua especificidade enquanto caso. O autor trabalha a experiência dos familiares das vítimas tendo em mente que o desaparecimento é um *evento crítico*, tal como foi definido pela antropóloga indiana Veena Das. Em seu trabalho, esta autora seleciona um conjunto heterogêneo de eventos como a divisão da Índia e a prática do sacrifício feminino entre os hindus para pensar nos conceitos de vítima, memória, pureza, sacrifício e honra na política indiana. Para ela, esta seleção de eventos mostra como o recrudescimento da violência no cotidiano da sociedade indiana provoca o aparecimento, na esfera pública, de agentes que até então eram anônimos. Graças a essa violência, tais agentes passam a interpelar o Estado pelas consequências de um sofrimento percebido como “repentino”, “inexplicável” e “injusto”.

Esses momentos, definidos por Das (1995) como episódios de “quebra do cotidiano”, são eventos que permitem explicitar transformações nas ações da política contemporânea. Pensando no caso dos desaparecidos, Araújo indicou que se trata da passagem de uma passagem na posição dos familiares de vítimas da violência: diante do sofrimento, elas se constituem como agentes sociais e políticos que passam a interpelar o Estado, “seja pela violência direta e aberta do Estado, seja pela incapacidade deste em promover a segurança pública”. Neste sentido, a violência deixa de estar restrita ao campo da destruição, e passa a influenciar na construção de novos engajamentos políticos.

Das (1995) relatou que, durante o processo de partição territorial da Índia, um dos eventos que ela define como *críticos* acabou por desalojar 14 milhões de pessoas e vitimar pelo menos um milhão, tendo como prática recorrente o rapto e a violação de mulheres. Essas vítimas, porém, se negaram a falar diretamente sobre os atos de violência aos quais foram submetidos, da mesma forma que os familiares das vítimas de desaparecimento presentes no estudo de Araújo. Segundo ele, houve uma demora até que os familiares comesçassem a usar o drama e a dor de forma política, com o objetivo de tornar o sofrimento algo favorável e auxiliar na construção do filho como vítima. Com o tempo, porém, alguns desses familiares de vítimas passaram a narrar explicitamente os fatos com o objetivo de chocar a opinião pública, usando a narração da dor como método para tentar penetrar no outro, despertando o sentimento de

compaixão.

Assim que seu esposo Amarildo desapareceu, Elizabete Gomes transformou aquele episódio num *evento crítico*. Diferentemente das vítimas estudadas pelos outros autores aqui mencionados, que em algum momento se negaram a falar diretamente de seu sofrimento, a viúva de Amarildo veio a público falar sobre sua dor diversas vezes, desde o momento em que ocorreu o sumiço do pedreiro. Como vimos até aqui, ela participou da realização de passeatas que exigiam saber o paradeiro do morador da Rocinha, realizadas, num primeiro momento, pelos “vizinhos”, como apareceu na mídia depois de conversar com representantes importantes do poder público, tais como o governador Sérgio Cabral, o secretário de Segurança Pública Beltrame e outros, entre deputados e secretários.

O desaparecimento, a tortura e a morte de Amarildo Dias de Souza não começaram tampouco terminaram na noite de 14 de julho de 2013. A elucidação do caso não garantiu que Amarildo “descansasse” em paz – não se sabe ainda onde está seu corpo. Além disso, a construção de Amarildo da forma que se deu contribuiu para que hoje seu nome seja usado por familiares de vítimas que querem chamar a atenção para outros episódios de violência. Ainda durante o ano de 2013, familiares de vítimas de outros casos de violência urbana evocaram o nome de Amarildo quando foram ouvidos na opinião pública, tanto como forma de exigir a mesma atenção dispensada pelo poder público aos seus “sofrimentos”, como forma de resistência para que os corpos das vítimas não desaparecessem. Este “recurso” aparecerá nas considerações finais deste trabalho.

Em suma, vale lembrar que este trabalho pretendeu elaborar hipóteses e discussões possíveis sobre o caso Amarildo, tendo como fonte primária as reportagens veiculadas no jornal *O Dia*. Não se trata de análise definitiva: a discussão comprobatória sobre a existência do *agendamento inverso* no veículo escolhido para análise demandaria a criação de grupos focais e outras técnicas empíricas preconizadas pelos teóricos da comunicação que se dedicaram a estudar com base na hipótese do *agenda-setting*. A proposta, aqui, era argumentar a partir do novo cenário da comunicação do século XXI e de que modo este novo tempo afetou as relações e padrões emissor/receptor através de um estudo de caso.

O objetivo deste capítulo era demonstrar que (I) há um novo cenário emergindo no atual campo comunicacional, notadamente marcado pelo uso das redes sociais, que estão mexendo nos padrões emissor/receptor típicos das relações entre mídia e

sociedade. Neste sentido, torna-se insuficiente pensar na hipótese do *agenda-setting* como balizadora das formas de penetração dos produtos de mídia na sociedade; (II) este novo padrão de comunicação, aqui brevemente apresentado a partir das discussões teóricas realizadas por Castells (2013), tem influência direta na organização de manifestações de rua desde 2011 em diversos locais do mundo; (III) as manifestações sobre as quais se debruçou Castells para fazer suas reflexões tiveram um desdobramento no Brasil, em 2013, nos eventos conhecidos como “Jornadas de Junho”. Foi no rescaldo destes eventos que ocorreu o desaparecimento de Amarildo. Este fato é importante no estabelecimento deste como um caso “diferente” aos olhos do jornal *O Dia*, visto que o periódico admite a influência do contexto e das mobilizações de rua no tratamento que este caso recebeu; (IV) a análise e a problematização da cobertura feita pelo periódico, tendo como pontos merecedores de destaque a construção de um Amarildo “cidadão de bem” em oposição ao suposto traficante, a ação da família em prol do esclarecimento do paradeiro, questões que mereceram uma atenção progressivamente maior no curso dos meses analisados por este trabalho, levaram a conclusão possível de que se trata de um *agendamento inverso*.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que o caso Amarildo estabeleceu *novas agendas* não é simplesmente olhar para a questão jornalística ou comunicacional que pode ser problematizada a partir do episódio. Este crime trouxe de novo, sobretudo, uma rachadura relevante numa política pública para as áreas de favela que deveria atuar na promoção da “cidadania” a essas populações e libertá-las do jugo e do arbítrio impetrado pelos anos em que tais locais ficaram a mercê do tráfico de drogas. Acredito que o caso Amarildo surpreende na medida em que colocou em xeque os valores supostamente levados às favelas pelas UPPs. Não cabe aqui dizer se essa política está certa ou errada, mas creio que, se estas foram pensadas como inversão da truculência habitual destes locais, a morte de um pedreiro após uma sessão de tortura coloca em perspectiva todo o clima “idílico” instaurado pela pacificação deste território, e afetou a atividade jornalística. Segundo Alexandre Medeiros, após o caso Amarildo “o noticiário sobre UPP migrou do paraíso para o questionamento”. Como exemplo disto, discutiremos dois casos posteriores ao do pedreiro, mas que mobilizaram sua história de formas variadas.

Em outubro de 2013, o jovem Paulo Roberto Pinho de Menezes, de 18 anos, foi abordado por policiais da UPP de Manguinhos, Zona Norte do Rio. Levado para um beco na região, o jovem foi espancado até cair morto, depois de ter sido asfixiado com um saco plástico. Cinco PMs acabaram presos, acusados de tortura e homicídio doloso. Alguns protestos foram organizados por ocasião da morte do jovem, mas ficaram circunscritos aos limites da favela e aos primeiros dias após o caso. Ouvida pela imprensa, sua família não escondeu que Paulo tinha passagens pela polícia, por roubo, e havia passado por instituições de acolhida para menores infratores. Seu pai informou, ainda, que o jovem tinha uma desavença com os policiais da região.<sup>108</sup> Fátima dos Santos Pinho de Menezes, mãe do assassinado, declarou ao jornal *Extra* que um eventual envolvimento de seu filho com o tráfico de drogas ou outros crimes não poderia ser tomado como justificativa para que ele fosse torturado e assassinado por policiais militares: “Mesmo que meu filho estivesse fazendo alguma coisa errada com drogas, armas ou envolvido no crime os policiais, não podiam matá-lo. Deveriam ter levado ele à delegacia”<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> SERRA, Paolla. **Parentes acusam policiais da UPP de Manguinhos pela morte de jovem de 18 anos.**

Jornal Extra. 2014. Disponível em < <http://extra.globo.com/casos-de-policia/parentes-acusam-policiais-da-upp-de-manguinhos-pela-morte-de-jovem-de-18-anos-10403538.html> > Acesso em 26 nov 2014.

<sup>109</sup> Idem.

Em nota divulgada à imprensa, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) comunicou sua versão da história, que informava ter

o comandante da UPP de Manguinhos, capitão Gabriel Toledo, por volta das 3h15 da madrugada de quinta-feira (17/10), policiais em patrulhamento de rotina, na localidade conhecida como Barrinho, avistaram quatro jovens em atitude suspeita e, ao se aproximarem para realizar a abordagem, um dos jovens fugiu em direção a um beco, visivelmente alterado, caiu desmaiado antes mesmo de ser capturado pelos policiais. Os agentes colocaram o jovem desacordado dentro da viatura e o levaram para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos<sup>110</sup>

Um mês depois, em novembro de 2013, o delegado da 21ª DP (Bonsucesso), José Pedro da Costa, pediu a prisão preventiva dos policiais militares acusados de ter assassinado Paulo ao 1º Tribunal do Júri da Capital, com base no laudo cadavérico apresentado pelo Instituto Médico Legal, que apontou asfixiamento como causa da morte. Foi instaurado também um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do caso. À época, Fátima voltou a ser ouvida pela imprensa e, desta vez em declaração colhida pelo jornal *O Dia*, comparou a morte de seu filho ao que ocorrera meses antes com o pedreiro Amarildo.

Meu filho é um novo Amarildo. Mataram ele depois de espancar. Antes disso, ameaçaram e perseguiram. Chegaram a ameaçar a irmã dele de 13 anos, uma criança. A prisão desses cinco pode ser um primeiro passo, mas tem pelo menos mais 15 PMs envolvidos no caso. Se tivessem levado meu filho para a delegacia, ele estaria vivo.<sup>111</sup>

Na manhã de 22 de abril de 2014, o dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, mais conhecido como DG, foi encontrado morto numa creche, na comunidade do Pavão-Pavãozinho, favela da Zona Sul do Rio que também conta com UPP. Na madrugada anterior, houve um tiroteio durante ação da PM. DG era integrante do *Bonde da Madrugada*, companhia de dança que realizava participações especiais no programa *Esquenta*, exibido pela Rede Globo de Televisão. Por conta deste fato, seu nome ficou em relevância durante algum tempo. Protestos foram organizados na comunidade, como se pode observar na Figura 7, e, em novembro de 2014, a mídia repercutiu acusações de Maria de Fátima da Silva, mãe do dançarino morto, contra Regina Casé, apresentadora

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> ARAÚJO, Flávio. ‘Meu filho é um novo Amarildo. Mataram ele’, diz mãe de jovem em Manguinhos. *Jornal O Dia*. 2013. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-11-30/meu-filho-e-um-novo-amarildo-mataram-ele-diz-mae-de-jovem-em-manguinhos.html>> Acesso em 26 nov 2014.

do *Esquenta*.<sup>112</sup>

O nome de Amarildo voltou a ser invocado a partir da morte de DG. Sua mãe, ao voltar a 13<sup>a</sup>DP (Copacabana), tendo em mãos o laudo pericial do falecimento do filho, declarou ao portal *G1*.

Um advogado da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] me ajudou a conseguir o laudo. Disseram [a Polícia Militar] que ele morreu vítima de queda. Mas ele foi espancado pelos policiais da UPP [Unidade de Polícia Pacificadora], que arrastaram o corpo e esconderam. Meu filho ia virar outro Amarildo.<sup>113</sup>

Este trabalho não tem por propósito avançar neste tema, mas é válido indicar que o caso DG teve relevante repercussão midiática, expressa especialmente na edição especial do programa *Esquenta*. Exibida durante uma tarde de domingo daquele mês de abril, a edição foi integralmente dedicada a homenagear o dançarino. No programa, diversos famosos como as atrizes Fernanda Paes Leme e Carolina Dieckmann, além da cantora Preta Gil, estiveram no palco para lamentar a morte de DG, como se pode observar na Figura 8. Durante a exibição, a apresentadora Regina Casé sugeriu, por exemplo, uma campanha de indignação para as redes sociais, com o uso das *hashtags* #AVidaÉSagrada e #EuNãoMereçoSerAssassinado.<sup>114</sup>

Isto é suficiente para indicar, ainda de forma exploratória e preliminar, que a repercussão do caso DG foi diferente da que se observou no caso Amarildo. De forma a ilustrar tais diferenças, abaixo estão duas imagens de protestos realizados pela morte do dançarino: se no caso Amarildo pediu-se, além da elucidação de seu paradeiro, a desmilitarização da Polícia Militar, o caso DG levou moradores do Pavão-Pavãozinho às ruas para exigir o fim da UPP. Do mesmo modo, o primeiro episódio motivou manifestações contra o governador Sérgio Cabral no Rio de Janeiro e em São Paulo, enquanto o segundo contou com o engajamento de artistas da Rede Globo de Televisão.

---

<sup>112</sup> Durante um seminário realizado em Brasília, intitulado SerNegra (Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça), Maria de Fátima, mãe de DG, foi indagada sobre o tratamento dado pela mídia à morte de seu filho. Em resposta, ela declarou que a apresentadora do programa *Esquenta* Regina Casé era “mentirosa e farsante”. Segundo ela, suas falas no programa foram cortadas e ela não foi autorizada a falar sobre violência policial. A TV Globo desmentiu as acusações.

O DIA. **Mãe do dançarino Douglas Silva Pereira critica programa ‘Esquenta’**. Jornal O Dia. 2014. Disponível em < <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-23/mae-do-dancarino-douglas-da-silva-pereira-critica-programa-esquenta.html> > Acesso em 26 nov 2014.

<sup>113</sup> SILVEIRA, Daniel. **Meu filho ia virar outro Amarildo', diz mãe de dançarino morto no Rio**. Portal G1. 2014. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/meu-filho-ia-virar-outro-amarildo-diz-mae-de-dancarino-morto-no-rio.html> > Acesso em 26 nov 2014.

<sup>114</sup> IG Gente. **Homenagem a DG no ‘Esquenta’ recebe críticas nas redes sociais**. Portal IG. 2014. Disponível em <<http://gente.ig.com.br/2014-04-27/homenagem-a-dg-no-esquenta-recebe-criticas-nas-redes-sociais.html>> Acesso em 26 nov 2014.

**Figura 10**



Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/enterro-do-dancarino-dg-tem-protesto-contr-a-pm>.

**Figura 11**



Fonte: <http://vejasp.abril.com.br/blogs/pop/2014/04/27/programa-esquenta-homenagem-dancarino-dg-famosos/>.

O que há de semelhante entre os casos é o fato de que as autoridades também precisaram mobilizar discursos, os quais foram feitos de forma diferente do que ocorreu ao falar sobre o desaparecimento do pedreiro na Rocinha. Vimos, especialmente no primeiro capítulo, que o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame e o

governador Sérgio Cabral foram indagados sobre o paradeiro de Amarildo em momentos variados, fossem em entrevistas coletivas, ou declarações dadas após agendas oficiais na condição de autoridades estatais. No caso DG, porém, a postura de Beltrame foi diferente: suas declarações lembraram Amarildo para indicar que ele havia sido um caso de violência incapaz de provocar a fratura no projeto das UPPs, voltou a defender que antes das unidades serem instaladas nas favelas, crimes do mesmo tipo nunca haviam sido investigados. Além disso, garantiu à família do dançarino que sua morte “não iria ficar como a de Amarildo”, tudo isto dito durante o programa *Encontro com Fátima Bernardes*, exibido pela Rede Globo poucos dias após a morte de DG.

Hoje, a polícia trabalha na Rocinha normalmente. Antes, não conseguia. Hoje, qualquer serviço público entra lá. No Pavão-Pavãozinho, a mesma coisa. Vários serviços não conseguiam. E quantos Amarildos o crime em 30 anos no Rio não produziu? Nos fornos de micro-ondas, no Alemão... Não quero isentar a polícia dos erros, mas não podemos esquecer o passado. [...] O laudo do IML vai esclarecer o que houve com DG, não tenho dúvida. Acompanharei de perto e, se necessário, vamos cortar na carne. [...] Quero dizer à mãe do DG que não vai ficar como o caso Amarildo, que não ficará impune. Tenho três filhos, moro na cidade, isso não vai ficar assim. Não temos o direito de errar, mas errar é humano. Vou garantir a essa família a transparência. Podem acreditar na elucidação do caso, e digo que o Rio vai demorar a mudar o paradigma da violência se essas partes da cidade não forem ocupadas pelo Estado. Se depender deste secretário, isso vai acontecer.<sup>115</sup>

Este trabalho está sendo finalizado em novembro de 2014. A esta altura, transcorridos mais de um ano desde o desaparecimento de Amarildo, seu nome e sua história já foram evocados em situações diversas, por atores variados. Começamos esta discussão lembrando um debate realizado durante a campanha para o governo do estado do Rio: em dado momento, o candidato do Psol Tarcísio Motta pediu explicações ao governador e candidato à reeleição, Luiz Fernando Pezão (PMDB) sobre o paradeiro de Amarildo, em um momento emblemático que atesta a especificidade do caso. Em um universo de 100 mil casos desaparecimento desde a década de 1990 até 2014, foi este episódio destacado e mencionado durante o debate entre os postulantes a ocupar o Palácio Guanabara. O esforço dos três capítulos deste trabalho foi mostrar o porquê deste destaque ter acontecido, apresentando possíveis interpretações realizadas a partir da análise do caso. Vale reforçar que não se trata de obra exaustiva: são muitos os caminhos a serem trilhados para tentar entender ou explicar o desaparecimento do

---

<sup>115</sup> O GLOBO. **Beltrame promete não deixar que dançarino vire novo caso Amarildo**. Jornal O Globo. 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-promete-nao-deixar-que-dancarino-vire-novo-caso-amarildo-12281491>> Acesso em 26 nov 2014.



pedreiro Amarildo em julho de 2013 – de modo exploratório, percorremos apenas alguns deles.

Ainda em 2013, o nome do pedreiro foi mencionado por familiares de vítimas com sentidos variados. No caso da morte do jovem Paulo Roberto, na favela de Manguinhos, sua mãe indicou que seu filho virara um “novo Amarildo”, resultando no acionamento e mobilização imediata de que o nome é sinônimo de violência policial. Quando DG foi morto, em 2014, sua mãe declarou que, junto a OAB, conseguiu evitar que seu filho se tornasse um “novo Amarildo”: na imprensa, ela garantiu que, não fosse seu esforço, o corpo de seu ente querido teria desaparecido assim como aconteceu com o pedreiro na Rocinha – aqui, o nome é entendido como sinônimo de impunidade e falta de solução para crimes cometidos pelo Estado. No mesmo episódio, o secretário Beltrame veio a público voltar a indicar uma mudança no contexto da segurança pública do Rio, que permite que crimes em áreas de favelas sejam devidamente investigados. Ao mesmo tempo, declarou que não iria deixar que acontecesse com DG o mesmo que acontecera no ano anterior na Rocinha: o dançarino não se tornaria um “novo Amarildo”. Nesta fala, o nome se torna índice do reconhecimento por parte do Estado de que houve falhas na condução da investigação do caso do pedreiro.

O caso Amarildo ainda não acabou. Em 25 de novembro de 2014, o Estado teve negado seu recurso junto a 16ª Câmara Cível da Justiça do Rio para suspender o pagamento de pensão alimentícia à família de Amarildo. O argumento era de ainda não houve decisão judicial condenando os policiais militares acusados, e que o nome do pedreiro não aparece nos registros de nascimento de dois dos seus seis filhos. Na decisão, o argumento é refutado sob a justificativa de que a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra os PMs envolvidos no crime fora aceita e, após a morte de Amarildo, sua família ficou “sem aquele que provia seu sustento”, sendo indispensável o pagamento da pensão definida pela Justiça.<sup>116</sup>

Possivelmente, o nome do pedreiro voltará a ser, acionado e rememorado, suscitando outras interpretações e dúvidas acerca do caso. Debates poderão ser travados sobre a culpa dos PMs, quando e se eles forem levados a julgamento; outros familiares de vítimas poderão evocar seu nome; autoridades também relembraão sua história. Trata-se de um nome que assumiu diversos significados, todos tributários de uma

---

<sup>116</sup> O DIA. **Justiça nega recurso e obriga estado a pagar pensão à família de Amarildo.** Jornal O Dia. 2014. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-25/justica-nega-recurso-e-obriga-estado-a-pagar-pensao-a-familia-de-amarildo.html>> Acesso em 26 nov 2014.

mesma pergunta que permanece sem resposta: afinal, cadê o Amarildo?

## **BIBLIOGRAFIA**

*Livros, artigos, teses e capítulos de coletâneas*

ARAÚJO, Fábio Alves. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado** / Fábio Alves Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012.

BRITO, Felipe. **Territórios Transversais**. In BRITO, Felipe et al. *Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.65 – 71.

BRUM, Juliana de. **A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas**. *Razón y Palabra*, México, v. 35, n. 35, p.1-21, maio 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: Cidadão? **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.32-38, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A Mão Visível do Estado: Notas Sobre o Significado Cultural dos Documentos na Sociedade Brasileira**. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 99, p.37-64, jan. 2002.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Uma Etnografia para Muitas Ausências: O desaparecimento de Pessoas como Ocorrência Policial e Problema Social**./Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2011.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Poder e Comunicação Um breve debate sobre a questão do poder nos meios de comunicação de massa**. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, Recife, v. 9, n. 09, p.1-17, ago. 2007

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-27.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido**. *Lua Nova* [online]. 2014, vol.79, n.56, pp. 15-38.

\_\_\_\_\_. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações**

**e territórios.** Mana [online]. 2014, vol.20, n.1, pp. 125-161

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas: As recentes investigações em torno dos eleitos da comunicação de massas (1970 - 1986).** São Paulo: Edições Asa, 1997.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Afinal, qual é a das UPPs?** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, p.1-7, mar. 2010.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza (Coord.) **Desaparecimentos: o papel do policial como concientizador da sociedade.**/ Coordenador Paulo Augusto Souza Teixeira; Organizadoras Vanessa Campagnac e Thaís Chaves Ferraz. – Rio de Janeiro: Riosegurança, 2009.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas.** In: VAINER, Carlos et al. Cidades Rebeldes - Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 35-41.

VARGAS, Joana Domingues. **Tortura e Confissão no Brasil de Ontem e Hoje.** Sociologia&antropologia;, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p.237-265, fev. 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. São Paulo: Editora Unb, 2004.

ZAIDAN, Tiago Eloy. **A Revolução das Novas Mídias.** Conhecimento Prático: Filosofia, São Paulo, n. 48, p.58-62, fev. 2014. Mensal.

#### *Jornais e sites*

O Dia  
Folha de São Paulo  
O Globo  
Portal G1  
Jornal do Brasil  
Jornal Extra  
Valor Econômico  
O Estado de São Paulo  
Portal IG  
Agência Brasil  
Portal EBC